

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

**Solidariedade Familiar Percebida em Casais de Sexo Diferente e do
Mesmo Sexo, Com e Sem Filhos**

Patrícia Sofia Ornelas Gonçalves

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:
Doutora Carla Moleiro, Professora Auxiliar,
ISCTE-IUL

Outubro, 2017

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

**Solidariedade Familiar Percebida em Casais de Sexo Diferente e do
Mesmo Sexo, Com e Sem Filhos**

Patrícia Sofia Ornelas Gonçalves

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:
Doutora Carla Moleiro, Professora Auxiliar,
ISCTE-IUL

Outubro, 2017

Agradecimentos

Faltam-me as palavras. Não existem palavras que descrevam a minha gratidão para com todos os que, de uma forma ou outra, contribuíram para o sucesso alcançado ao longo dos últimos cinco anos e, em particular, para a conclusão desta dissertação.

Em primeiro lugar, quero agradecer de forma incondicional à Professora Doutora Carla Moleiro, orientadora da presente dissertação. Um agradecimento especial por todo o apoio, motivação, disponibilidade e por ter sempre acreditado no sucesso dos seus orientandos.

Aos meus pais, que mesmo longe sempre souberam confortar com as palavras certas nos momentos certos. Por toda a paciência nos dias de mau humor e pela confiança e orgulho que sempre demonstraram ter por mim. À minha família que me recebe sempre com o abraço mais reconfortante e que sempre me deu forças para acreditar em mim própria.

Quero também deixar aqui o meu agradecimento a toda a equipa da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cascais, por todo o interesse em colaborar em tudo o que fosse possível e pela preocupação em atingir os objetivos idealizados.

À doutoranda Inês Ratinho, pela disponibilidade e colaboração, sobretudo na elaboração do questionário.

Aos meus amigos. Aos da Madeira, por todos os bons momentos, pela divulgação dos questionários e por estarem sempre ao meu lado. São, sem dúvida, a minha segunda família e fundamentais para o meu bem-estar. Às meninas da ala azul, pelos risos, desabafos, revoltas e brincadeiras. Quero aproveitar para agradecer em especial à Catarina e à Beatriz, por terem sido sempre um pilar para mim, por se preocuparem comigo e por nunca me desiludirem. Aos de sempre, e a quem chegou do nada e veio para ficar, muito obrigada.

E por fim, não poderia deixar de agradecer à avó Maria, que apesar de já não estar fisicamente presente, sempre foi uma inspiração para mim pela sua força de vontade.

Resumo

A solidariedade intergeracional surgiu recentemente na literatura como um conceito que pretende descrever as relações familiares, sobretudo entre pais e filhos já na idade adulta. A visão tradicional da família tem sofrido alterações nas últimas décadas, e novos arranjos familiares surgiram. Comumente, casais do mesmo sexo tendem a perceber menor suporte familiar, por comparação com os casais de sexo diferente. Ainda assim, a literatura demonstra que a transição para a parentalidade poderá influenciar as relações familiares. Além disso, a revelação de uma identidade sexual não heterossexual poderá ter impacto no suporte familiar. Neste sentido, este estudo contemplou uma amostra de 193 participantes que se encontravam numa relação do mesmo sexo e de sexo diferente, com o objetivo de perceber se existem diferenças na percepção de solidariedade familiar, em função da orientação sexual, da presença de filhos e, no caso dos participantes com uma orientação sexual não heterossexual, em função da baixa ou elevada revelação da sua identidade sexual à família. Para tal, foi utilizado um questionário composto por instrumentos como o Índice de solidariedade intergeracional e o Inventário de abertura. Os resultados demonstraram que existem algumas diferenças estatisticamente significativas, que reportam às questões da orientação sexual e da sua revelação familiar, mas também em relação às questões de género e à sua interação. Os resultados serão analisados à luz das possíveis evoluções sociais, no sentido positivo, para a igualdade de todos os cidadãos.

Palavras-chave: Solidariedade Intergeracional, Relações familiares, Casais do mesmo sexo, Casais de sexo diferente

Códigos PsycINFO:

2980 Comportamento Sexual & Orientação Sexual

2950 Casamento & Família

Abstract

Intergenerational solidarity recently began to appear in literature as a concept that tries to describe the family relationships, mainly between parents and their adult aged children. The way family is traditionally seen has been changing in the last decades and new family arrangements have surfaced. Commonly, same sex couples tend to perceive less family support, when compared with different sex couples. Yet, literature shows that the transition to parenthood can influence family relations. Besides this, the unveiling of a non-heterosexual sexual identity can impact the family support. Taking this into account, this study contemplated a sample of 193 participants, both in same sex and different sex relationships, with the purpose of understanding if there are differences in the perception of family solidarity and how this outcome changes with the sexual orientation, if the couple has kids and, when it comes to the participants in same sex relationships, whether they revealed more or less their sexual identity. To do so, a questionnaire composed by instruments such as the Intergenerational Solidarity Index and the Openness Inventory. The results tell that there are some statistically significant differences regarding sexual orientation and how much had been revealed to the family, as well as the gender of the participation and the interaction between these variables. The obtained results will be analysed by the light of possible societal evolutions, in a positive direction, towards the equality of all citizens.

Keywords: Intergenerational Solidarity, Family relationships, Same sex couples, Different sex couples

Códigos PsycINFO:

2980 Sexual Behavior & Sexual Orientation

2950 Marriage & Family

Índice

	Página
Resumo	vii
Abstract	ix
I. Introdução	1
II. Enquadramento teórico.....	3
2.1. A família e a diversidade familiar	3
2.2. As relações familiares e a Solidariedade Intergeracional.....	5
2.3. Casais do mesmo sexo vs Casais de sexo diferente.....	8
2.4. Objetivos do Presente Estudo.....	14
III. Método.....	15
3.1. Participantes.....	15
3.2. Instrumentos.....	18
3.2.1. Questionário Sociodemográfico.....	18
3.2.2. Índice de Solidariedade Intergeracional (Bengtson & Roberts, 1991, traduzido e adaptado por Monteiro, 2010).....	18
3.2.3. Inventário de Abertura (Mohr, 2005).....	21
3.3. Procedimento.....	22
IV. Resultados.....	25
4.1. Estatísticas descritivas de solidariedade intergeracional.....	25
4.2. Será que a solidariedade familiar percebida difere entre casais do mesmo sexo e casais de sexo diferente?.....	25
4.2.1. Solidariedade intergeracional funcional.....	25
4.2.2. Solidariedade intergeracional normativa.....	26
4.2.3. Solidariedade intergeracional conflitual.....	27
4.2.4. Solidariedade intergeracional afetiva.....	27
4.3. Nos casais do mesmo sexo, existirão diferenças entre casais de homens e casais de mulheres, relativamente à perceção de solidariedade familiar?.....	28
4.3.1. Solidariedade intergeracional funcional.....	28
4.3.2. Solidariedade intergeracional normativa.....	29
4.3.3. Solidariedade intergeracional conflitual.....	29
4.3.4. Solidariedade intergeracional afetiva.....	30

4.4.	Será que a presença de filhos na relação de jovens casais constitui uma variável moderadora da solidariedade familiar?.....	30
4.4.1.	Solidariedade intergeracional funcional.....	30
4.4.2.	Solidariedade intergeracional normativa.....	31
4.4.3.	Solidariedade intergeracional conflitual.....	31
4.4.4.	Solidariedade intergeracional afetiva.....	32
4.5.	Terá o grau de abertura uma relação com o nível de solidariedade familiar percebido?.....	33
4.5.1.	Solidariedade intergeracional funcional.....	33
4.5.2.	Solidariedade intergeracional normativa.....	34
4.5.3.	Solidariedade intergeracional conflitual.....	34
4.5.4.	Solidariedade intergeracional afetiva.....	34
V.	Discussão.....	37
5.1.	Diferenças de percepção de solidariedade intergeracional entre casais do mesmo sexo e casais de sexo diferente.....	37
5.2.	Diferenças entre sexo masculino e sexo feminino na percepção de solidariedade intergeracional, nos participantes que afirmaram estar numa relação do mesmo sexo.....	38
5.3.	A presença de filhos poderá ser uma variável moderadora da percepção de solidariedade intergeracional.....	39
5.4.	A baixa revelação ou a elevada revelação de uma identidade sexual não heterossexual poderá demonstrar diferenças na percepção de solidariedade intergeracional.....	40
5.5.	Limitações e estudos futuros.....	42
VI.	Fontes.....	45
VII.	Referências.....	47
VIII.	Anexos.....	51
	Anexo A - Consentimento Informado e Questionário	51

Índice de Quadros

	Página
Quadro 3.1. Análise descritiva da idade dos participantes, por sexo e por tipo de casal (casais de sexo igual e casais de sexo diferente).....	16
Quadro 3.2. Análise descritiva da amostra por: estado civil, presença de filhos, habilitações académicas e situação profissional.....	17
Quadro 3.3. Alfas de Cronbach e Inter-Correlações para a Solidariedade Intergeracional.....	20
Quadro 3.4. Alfa de Cronbach e Inter-Correlações entre o total e as subcategorias “Revelação à família”, “Revelação a pares” e “Revelação à comunidade religiosa”.....	22

Índice de Figuras

	Página
Figura 4.1. Estatística descritiva da Solidariedade Intergeracional em participantes em casais do mesmo sexo e sexo diferente.....	25
Figura 4.2. Estatística descritiva da Solidariedade Intergeracional em participantes em casais do mesmo sexo femininos e masculinos.....	28
Figura 4.3. Percepção de solidariedade intergeracional funcional recebida da mãe em função do sexo e da baixa ou elevada revelação da orientação sexual.....	33
Figura 4.4. e Figura 4.5. Percepção de Solidariedade Intergeracional Conflitual do pai (esquerda) e Percepção de Solidariedade Intergeracional Conflitual da mãe (direita).....	34
Figura 4.6. Percepção de Solidariedade Intergeracional Afetiva do pai.....	35

Glossário de siglas

LGB – Lésbica(s), Gay(s) e Bissexual/Bissexuais

I - Introdução

Apesar do preconceito e discriminação para com casais do mesmo sexo, e apesar da literatura ainda ser inconsistente relativamente a este tema, a sociedade em geral tende a aceitar e tolerar cada vez mais os diversos arranjos familiares que têm surgido (Demo, Allen, & Fine, 2000).

Sendo um tema muito controverso, a homoparentalidade está muitas vezes associada à preocupação com o nível de apoio e aceitação destas estruturas familiares, bem como com a possibilidade das crianças que têm dois progenitores do mesmo sexo serem vítimas de assédio no meio escolar. Além disso, existe a crença de que pessoas estigmatizadas e moralmente inferiorizadas não são capazes de educar eficazmente os seus filhos (Costa *et al.*, 2014).

Embora ainda existam preocupações, por parte dos leigos, relativamente ao desenvolvimento de crianças cujos pais assumem ter uma orientação sexual não heterossexual, os casais do mesmo sexo têm a mesma linha de pensamento no que concerne à educação dos seus filhos, comparativamente com os casais de sexo diferente (Demo, Allen, & Fine, 2000).

A verdade é que ainda existe pouca literatura relativamente aos níveis de suporte familiar percebido por casais do mesmo sexo, por comparação com os casais heterossexuais. Os resultados inconsistentes da literatura relativamente ao suporte familiar percebido pelos casais do mesmo sexo sugere, desta forma, que apesar da resistência por parte dos membros da família de origem, os mesmos fazem cada vez mais esforços para ter como prioridade o estabelecimento de relações de qualidade com a chegada de um novo membro, sobretudo se a criança é biologicamente ligada à família (e.g., através de técnicas de reprodução medicamente assistida) (Goldberg, 2009).

Em Portugal, têm sido feitos alguns esforços políticos de forma a existir, cada vez, igualdade para todos os cidadãos, nomeadamente no que concerne a questões da orientação sexual. Neste sentido, em 2001 as uniões de facto passaram a ser reconhecidas para casais do mesmo sexo ou de sexo diferente, pelo que começaram a reconhecer os direitos das pessoas que vivem em união de facto há mais de dois anos, não existindo distinção entre uniões de facto entre pessoas do mesmo sexo ou de sexo diferente (Lei nº 7/2001). Em 2010, foi estabelecido que o casamento civil passaria a ser uma opção para as pessoas que mantêm uma relação com alguém do mesmo sexo que o seu, apesar do direito de adoção ser-lhes negado (Lei nº 9/2010 de 31 de maio). Já em 2016, os casais do mesmo sexo passaram a ter como possibilidade o acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares

(Lei nº 2/2016 de 29 de fevereiro alteração à Lei nº 7/2001). Ainda nesse mesmo ano, foram realizadas alterações legislativas, no sentido em que, independentemente da orientação sexual e do estado civil, as técnicas de procriação medicamente assistida passaram a ter como garantido um igual acesso ao Serviço Nacional de Saúde (Lei nº 17/2016 de 20 de junho – alteração à Lei nº 32/2006, que regula a procriação medicamente assistida).

Face ao exposto, o presente estudo irá, primeiramente, centrar-se nas abordagens teóricas relacionadas com a família, tendo por base uma perspetiva sistémica. Torna-se importante perceber a investigação que tem sido realizada no que diz respeito às relações familiares e, em particular, à solidariedade intergeracional, bem como as diferenças e semelhanças familiares relativas a casais do mesmo sexo, por comparação aos casais de sexo diferente.

Seguidamente, será apresentado o método do nosso estudo empírico, no qual será feita uma caracterização dos participantes e dos instrumentos, assim como os procedimentos utilizados para a recolha de dados da presente dissertação.

O capítulo dos resultados irá conter, primeiramente, uma análise descritiva dos dados do estudo. Neste capítulo, também serão apresentadas as inferências estatísticas realizadas, nomeadamente a nível de testes de hipóteses (Testes T ANOVA a dois fatores).

Por fim, o capítulo da discussão terá como objetivo compreender os dados obtidos no estudo à luz dos seus objetivos, e relacionar os resultados com a literatura já existente. Além disso, é neste capítulo que serão apresentadas limitações e sugestões para estudos futuros, de forma a dar continuidade à investigação numa área ainda tão pouco estudada.

II – Enquadramento Teórico

2.1. A família e a diversidade familiar

O conceito de família continua a ser difícil de definir apenas de uma maneira. De uma forma geral, podemos considerar que a família caracteriza-se pela ligação de duas ou mais pessoas através do nascimento, casamento, adoção ou opção de duas pessoas se juntarem (Demo, Allen, & Fine, 2000).

As primeiras relações e experiências que temos na vida ocorrem junto da família de origem, sendo a mesma responsável pela educação e socialização dos membros que a vão compondo. Os elementos que compõem uma família têm a particularidade de partilharem as suas histórias e as gerações são mantidas por laços de sangue e históricos (Carter & McGoldrick, 1999; Karaturt & Silver, 2014; Baptista, Cardoso, & Gomes, 2012; Capitão & Romaro, 2012).

Embora tenha diversas funções, o principal papel da estrutura familiar é o estabelecimento de relações, pois ninguém pode substituir cada um dos membros, bem como a educação dos filhos, e providenciar afeto e proteção. Cabe também à família de origem passar os valores éticos e culturais, regras, papéis e crenças familiares, ao longo das várias gerações (Carter & McGoldrick, 1999; Karaturt & Silver, 2014; Baptista, Cardoso, & Gomes, 2012).

A Teoria Geral dos Sistemas tem o objetivo de fornecer uma estrutura de forma a compreendermos as dinâmicas sociais existentes entre os diversos membros que constituem uma família, isto é, a perspetiva ecológica enfatiza a importância de considerar os múltiplos sistemas que são tidos em conta durante o desenvolvimento de um indivíduo (Goldberg, 2009). Considera, assim, a família como um todo e que os seus elementos são interdependentes, influenciados pela estrutura, organização e padrões de transição do sistema familiar, isto é, partilham comportamentos coerentes e interações regulares (Rosenbusch & Cseh, 2012; Karakurt & Silver, 2014).

De acordo com esta perspetiva, os sistemas familiares são organizacionalmente complexos, abertos e adaptativos, uma vez que estabelecem redes de relações causais interdependentes com *feedback* constante, os seus membros podem ser influenciados pelo ambiente interno e externo, e tentam dar resposta às mudanças que surgem (Rosenbusch & Cseh, 2012).

Sendo um sistema que sofre alterações ao longo do tempo, a família tem propriedades que a distingue de todos os outros sistemas, no sentido em que os seus elementos apenas são incorporados pelo nascimento, adoção, compromisso e união, e apenas separaram-se pela morte. Note-se que o casamento é a única relação familiar celebrada por opção e que esta noção de liberdade de casar com a pessoa desejada é recente. Ainda assim, mesmo que um casal decida se separar, a rede de laços familiares entre si irá se manter, no sentido em que continuarão a ter filhos em comum e serão reconhecidos como “ex-companheiro” (Karaturt & Silver, 2014).

Outras teorias complementam o estudo ligado às famílias. A exemplo disso, a perspectiva do ciclo de vida da família tem como um dos fatores primordiais o tempo, isto é, foca-se na importância de ter em consideração o desenvolvimento de um indivíduo tendo por base o seu contexto temporal. Assim, de acordo com esta perspectiva é importante avaliar as situações de acordo com a particularidade do tempo histórico em que o indivíduo se encontra. Neste sentido, por exemplo, pessoa(s) Lésbica(s), Gay(s) e Bissexual/Bissexuais [LGB] que querem construir uma família em conjunto, têm mais alternativas agora do que as pessoas LGB que viveram no século XX, principalmente devido às crenças, agora menos negativas, ligadas às minorias sexuais (Goldberg, 2009).

A contemporaneidade trouxe consigo novas estruturas familiares. Neste sentido, e como forma de analisar a família numa perspectiva sistémica, é necessário tomar consciência de que nas últimas décadas o conceito familiar tornou-se mais amplo e, conseqüentemente, têm surgido alterações à visão de família tradicional, heterossexual, monogâmica, hierárquica e nuclear, o que implica uma necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as novas formas de parentalidade, que incluem diversos arranjos familiares, como a parentalidade em casais do mesmo sexo (Rodriguez e Gomes, 2012; Dias, 2011; Capitão & Romaro, 2012; Demo, Allen, & Fine, 2000).

A família da atualidade deixa de ter a construção mental de pai, mãe e filhos, pelo que encontramos cada vez mais famílias normativas à luz de novos paradigmas. Assim, os seus membros podem nem partilhar o mesmo espaço físico, os filhos podem ser fruto de apenas um dos membros da díade conjugal, e nem sempre os membros do casal são de sexos diferentes (Dias, 2011; Cohen e Gavriel-Fried, 2016; Capitão & Romaro, 2012).

Independente das transformações que têm ocorrido, a família é vista como um conjunto de pessoas unidas como um todo, onde se estabelecem relações entre os seus membros e o exterior. A comunicação é, então, fundamental, pois funciona como o elo de ligação para a sustentação do sistema familiar. Além disso, homens e mulheres experienciam

o processo de socialização nas relações amorosas de forma semelhante, independentemente da sua orientação sexual (Dias, 2011; Baptista, Cardoso, & Gomes, 2012; Capitão & Romaro, 2012; Demo, Allen, & Fine, 2000).

Fatores económicos, políticos, sociais, culturais, demográficos e tecnológicos contribuíram fortemente para as alterações da estrutura e dinâmica familiar, tais como a diminuição do número médio de filhos, aumento de famílias recompostas, uniões de facto e o aparecimento de famílias com casais do mesmo sexo com e sem filhos. Estes diferentes tipos de famílias são entidades dinâmicas com a sua própria identidade, cujos membros unem-se por laços de sangue, afetivos ou interesse e que convivem num determinado espaço de tempo, construindo assim uma história de vida única e irreplicável (Dias, 2011).

2.2. As relações familiares e a Solidariedade Intergeracional

A perspetiva sistémica mudou a postura e visão relativamente às famílias. Anteriormente, a família era primordialmente analisada como um conjunto de desajustes, conflitos e fracassos; após a existência de uma perspetiva sistémica, o foco passou a ser os recursos e o sucesso do sistema familiar. Já de acordo com a Teoria dos Sistemas Familiares, derivada da Teoria Geral dos Sistemas, os elementos que constituem uma família relacionam-se por padrões de interdependência, pelo que cada um deles é afetado pelas ações dos outros. Esta perspetiva surge com a necessidade de desenvolver uma abordagem teórica mais focada e especializada nas dinâmicas familiares, de forma a compreender os papéis, estrutura, padrões de comunicação, limites, fronteiras e entidades externas da família. Este pressuposto teórico também surgiu com o objetivo de explicar a dinâmica psicossocial do mundo moderno. Neste sentido, a família é vista como um todo, que é superior à soma das partes, pelo que todos os seus elementos são responsáveis pela dinâmica familiar (Hentsch-Cowles & Brock, 2013; Karakurt & Silver, 2014; Schaeperkoetter, Bass, & Gordon, 2015).

As relações entre pais, irmãos e outros membros significativos vão sendo alteradas ao longo do ciclo de vida da família, o qual inclui seis fases consecutivas: saída do jovem adulto da casa dos pais, o novo casal através do casamento, famílias com filhos pequenos, famílias com adolescentes, famílias com jovens adultos e uma última fase da vida, associada à velhice e morte (Carter & McGoldrick, 1999; Karakurt & Silver, 2014).

O ciclo de vida da família sofre alterações ao longo do tempo, causando um impacto diferente nos demais membros que compõem um núcleo familiar. Neste sentido, é importante que os vários membros se ajustem mutuamente a estas alterações, de forma a conseguirem

manter estabilidade emocional. As relações entre as demais gerações familiares são influenciadas pela forma como transitam no ciclo de vida, pois enquanto uma das gerações movimenta-se para uma idade avançada, outra geração no mesmo núcleo familiar está a iniciar uma vida adulta e assim sucessivamente (Carter & McGoldrick, 1999; Karaturt & Silver, 2014; Aquilino, 2016).

Ao longo dos últimos anos tem existido um grande interesse no estudo das relações intergeracionais entre pais e filhos adultos, apesar de poucos modelos teóricos terem sido apresentados relativamente ao comportamento familiar intergeracional e as suas variações. Note-se que um dos principais aspetos a ser estudado nas relações intergeracionais relaciona-se com o suporte/apoio familiar, sobretudo de pais para filhos (Baptista, Cardoso, & Gomes, 2012).

É importante referir que o suporte familiar está ligado à satisfação (ou não) das necessidades de afeto, remetendo assim à atenção, carinho, diálogo e autonomia. Quando estas necessidades são satisfeitas de forma positiva, é comum existir uma maior perceção de bem estar através de comportamentos relacionados com o humor positivo. Por sua vez, as lacunas observadas quando estas necessidades não são satisfeitas, ou são satisfeitas de forma negativa, leva a desacordo e fraca coesão entre os membros familiares (Baptista, Cardoso, & Gomes, 2012; Capitão & Romaro, 2012).

Durante o ciclo de vida, as relações evoluem desde a dependência dos filhos pequenos para com os pais, a uma relação entre dois adultos (pai/mãe – filho(a)) que é caracterizada pela troca mútua de suporte e afetos (Aquilino, 2016).

A solidariedade familiar ou solidariedade intergeracional surge, então, com o propósito de explicar a coesão existente entre pais e filhos quando atingem a idade adulta. É, assim, uma construção multifacetada e multidimensional repartida por seis constructos distintos da interação pais-filhos: afeto, associação, consenso, partilha de recursos, força das normas da família e a estrutura de oportunidade para interação entre pais e filhos. Cinco destes constructos retratam orientações comportamentais, afetivas e/ou cognitivas dos membros que constituem a relação intergeracional. O sexto constructo (“estrutura de oportunidade”) está relacionado com a disponibilidade para a interação, a qual é influenciada por fatores como a fecundidade, a morbilidade e a mortalidade.

Mas será a solidariedade intergeracional percebida de forma semelhantes para todos? De acordo com Alice e Peter Rossi (1990, *cit in* Aquilino, 2016), a relação existente entre pais e filhos pequenos traduz muito a relação dos mesmos quando os filhos se tornam adultos. Todavia, uma das maiores vulnerabilidades percebidas pelas minorias sexuais, em particular

pelos casais do mesmo sexo, é a falta de suporte social por parte das suas famílias e da comunidade (Goldberg, 2009; Greene, 2000; Demo, Allen, & Fine, 2000). De acordo com os resultados de Aquilino (2016) a qualidade das relações entre pais e filhos adultos é superior quando os filhos adultos tomam decisões tendo por base as normas e valores orientados pelos seus pais durante o desenvolvimento até a vida adulta, nomeadamente no que concerne a questões do casamento. Curiosamente, o mesmo não acontece quando os filhos adultos transitam para a parentalidade, pois os seus pais tendem a fornecer menos suporte familiar.

Leia-se que o suporte social tem um forte impacto no bem-estar psicológico das pessoas, quer sejam heterossexuais ou não heterossexuais. Em particular, indivíduos que pertencem a uma outra minoria social além da sexual (e.g. racial) sentem ainda mais a falta de suporte social, não só por parte das suas famílias de origem, como também por parte das comunidades gays (Goldberg, 2009; Greene, 2000; Sumontha, Farr & Patterson, 2016).

Este impacto é sentido não só pelos indivíduos que sentem diretamente o apoio ou a falta de suporte familiar, como também pelas gerações futuras e até mesmo pelas gerações anteriores, uma vez que pessoas tendem a replicar os comportamentos que vivenciou na infância e adolescência. Neste sentido, pessoas que sentiram um maior apoio familiar ao longo do seu desenvolvimento tenderão a oferecer suporte aos pais quando estes se encontrarem numa fase mais tardia da sua vida. Por sua vez, a fraca perceção de suporte parental poderá traduzir-se numa menor probabilidade de oferta de auxílio aos pais numa fase mais idosa (Baptista, Cardoso, & Gomes, 2012). Além disso, a relação entre pais e avó está positivamente relacionada com a relação entre avós e netos (Attar-Schwartz, 2015).

Apesar de ser uma realidade cada vez mais comum, muitos dos casais do mesmo sexo dizem não sentir muito apoio das famílias de origem e acreditam que não têm o apoio que precisam, comparativamente com os casais heterossexuais, quando decidem ter filhos, pelo que o nível de suporte familiar é um dos maiores fatores de risco para os casais não heterossexuais aquando da sua transição para a parentalidade (Goldberg, 2009, Baiocco *et al.*, 2015; Demo, Allen, & Fine, 2000).

De acordo com a teoria do *stress* familiar (Patterson, 2002, *cit in* Baiocco *et al.*, 2015), o bem-estar familiar é diretamente afetado por eventos stressantes, pelo que a reação das famílias de origem face à revelação de uma orientação não heterossexual por parte de um dos elementos é influenciada por três elementos: as capacidades e competências familiares, a interpretação individual que cada elemento familiar faz em relação a eventos stressantes, e a quantidade de eventos não normativos que afetam a estabilidade familiar. Neste sentido, os

recursos familiares como a coesão e adaptabilidade são fortes preditores da reação face a uma revelação de uma orientação sexual não heterossexual.

A chegada de um bebé ou de uma criança através do nascimento ou da adoção é um marco importante no ciclo vital da família. Os indivíduos LGB ultrapassam os padrões normativos da heterossexualidade, reprodução e família e, por esse motivo, enfrentam resistência e falta de suporte por parte dos membros das suas famílias, principalmente aquando de decisões importantes para a sua vida, como é o caso da transição para a parentalidade (Goldberg, 2009). Almack (2008) concluiu que a revelação da chegada de um novo membro, nos casais do mesmo sexo, passa por um processo de negociação, incluindo as relações entre o(a) filho(a) e a família de origem e de que forma essas relações são reconhecidas e validadas.

No seu estudo, Kindle e Erich (2005) compararam casais do mesmo e casais de sexo diferentes, ambos adotantes. Os resultados demonstraram que, de facto, os casais não heterossexuais percecionavam um menor apoio familiar por comparação com os casais heterossexuais. Ainda assim, a literatura continua a ser inconsistente, como é o caso de Gartrell *et al.* (1999), pois o estudo por eles realizado indica que cerca de 69% dos participantes não heterossexuais sentiram que a sua relação com os pais melhorou depois da decisão de terem um filho. Goldberg (2006) também concluiu no seu estudo que a chegada de um filho aumentou positivamente a relação entre as pessoas não heterossexuais e os seus pais.

2.3. Casais do mesmo sexo vs Casais de sexo diferente

Antigamente, a homossexualidade era considerada um problema psicológico. Muitos esforços têm sido feitos de forma a desconstruir o preconceito existente para com as pessoas LGB. Em 1973, o termo “homossexualidade” foi então removido do *Diagnostic and Statitical Manual of Mental Disorders 3rd Edition* (DSM III), pelo que o mesmo termo deixou de ser considerado uma doença mental pelos padrões de diagnóstico clínico (Goldberg, 2009).

Quando as pessoas têm consciência que pertencem a uma minoria social, confrontam-se internamente sobre com quem podem falar abertamente. Relativamente às minorias sociais, como é o caso dos indivíduos LGB, este conflito interno é definido como “*coming out*”, ou mais conhecido socialmente por “sair do armário”. O *coming out* traduz-se assim pela revelação da orientação sexual de um individuo para com a sua família e pares, contribuindo desta forma para a formação e integração da identidade das pessoas LGB. A integração passa, então, pela aceitação de uma identidade gay, lésbica ou bissexual, primeiro pelo próprio

indivíduo LGB, e também pela sua rede social e familiar (Almack, 2008; Goldberg, 2009; Baiocco *et al.*, 2015; Pistella, Salvati, Ioverno, Laghi & Baiocco, 2016).

A investigação realizada em torno deste conceito (*coming out*) tem demonstrado que os indivíduos LGB têm em consideração diversos fatores que afetam (positiva ou negativamente) a sua saúde física e, sobretudo, mental. Antes de assumirem plenamente a sua identidade e orientação sexual, estas pessoas avaliam internamente questões como o contexto social em que vivem diariamente, a discriminação que podem vir a ser alvo após a revelação e a rejeição e resistência por parte das suas famílias de origem (Goldberg, 2009; Baiocco *et al.*, 2015; Pistella *et al.*, 2016). Apesar destas questões mais negativas, também é comum os indivíduos LGB sentirem maiores níveis de autoestima, satisfação com o trabalho e sentimentos de alívio, e menor ansiedade, após a revelação da sua orientação sexual (Pistella *et al.*, 2016).

Os primeiros estudos realizados tendo como população alvo os casais do mesmo sexo focaram-se em questões como o *coming out* e o estabelecimento da entidade não heterossexual. Atualmente, apesar destas questões continuarem a ser estudadas, os investigadores passam a focar-se em outros temas ligados à entidade LGB, passando a ter mais em consideração questões como a idade, a raça e a classe social. Uma questão que também tem sido alvo de interesse por parte dos investigadores são as famílias de origem das minorias sexuais, no sentido em que pretendem compreender o grau de suporte familiar, bem como as comunidades gays (Goldberg, 2009).

Atualmente, os indivíduos LGB têm mais facilidade em encontrar um(a) parceiro(a) com a mesma orientação sexual que a sua. Um dos motivos para isto acontecer deve-se às crenças sociais associadas às pessoas com uma orientação sexual não heterossexual, sobretudo quando as mesmas pretendem casar e ter filhos (Goldberg, 2009).

O casamento entre pessoas do mesmo sexo continua a ser um tema controverso nas sociedades, que debatem sobre o impacto no bem-estar das crianças que coabitam com progenitores do mesmo sexo. Os oponentes desta temática acreditam que a heteroparentalidade proporciona um melhor contexto para o desenvolvimento das crianças.

O preconceito está na base do estigma sexual, isto é, na consideração negativa e atribuição de *status* inferior aos comportamentos não heterossexuais sobre as minorias sexuais. Pessoas religiosas e politicamente conservadoras são mais propensas a ter atitudes sexistas e crenças negativas em relação a indivíduos não heterossexuais, sendo este fenómeno observado na população portuguesa. Além disso, os homens tendem a ter perceções mais negativas em relação aos indivíduos LGB, comparativamente com o sexo feminino, sendo

estas percepções mais vincadas em relações entre dois homens do que em relações entre duas mulheres (Costa *et al.*, 2014; Cohene Gavriel-Fried, 2016).

A estabilidade na relação marital, independente da orientação sexual do casal, é fundamental para o bem-estar psicológico das crianças, inclusivamente filhos de pais separados têm um ajustamento psicológico mais fraco, comparativamente a crianças que vivenciaram a morte de pelo menos um dos progenitores (Schumm, 2016).

Estudos realizados ao longo do tempo demonstram que não existem diferenças na estabilidade relacional em função da orientação sexual, pelo que casais de gays e lésbicas tendem a ter relações tão estáveis e ajustadas quanto casais heterossexuais (Herek, 1991; Schumm, Akagi & Bosch, 2008; Baetens e Brewaeys, 2001; Redding, 2008; Diamond e Butterworth, 2009; Cooper e Cates, 2006, *in* Schumm, 2016), refutando o mito de que casais do mesmo sexo não conseguem manter uma relação a longo prazo.

Existem, no entanto, algumas limitações para perceber se, de facto, existem ou não diferenças no bem-estar de crianças com pais do mesmo sexo ou de sexos diferentes. Uma dessas limitações está relacionada com o facto dos estudos realizados com famílias do mesmo sexo dependerem de amostras por conveniência, pelo que os resultados não podem ser generalizados; outra dessas limitações prende-se com a possibilidade de casais do mesmo sexo serem mais seletivos, no sentido em que os seus filhos são concebidos unicamente por adoção, inseminação artificial ou fruto de uma relação afetiva anterior que deu lugar a um divórcio; e existe ainda a limitação de que os estudos quantitativos que pretendem analisar as crianças filhas de casais do mesmo sexo fazem suposições sobre os tipos de investimento parental em família homo e heteroparentais, não testando, efetivamente, esses pressuposto e, conseqüentemente, os seus dados não permitem realizar o estudo da parentalidade (Prickett, Martin-Storey & Crosnoe, 2015).

Existem grandes benefícios das crianças viverem com dois progenitores, equiparando com as famílias monoparentais. Esses benefícios estão fortemente ligados ao tempo que os pais despendem em atividades focadas nas crianças. Prickett, Martin-Storey e Crosnoe (2015) fizeram investigação nesse sentido, concluindo que as diferenças entre casais do mesmo sexo e casais de sexos diferentes não são significativas, relativamente ao tempo que se focam nos filhos. Na verdade, mulheres com uma parceira do mesmo sexo tendem a dedicar mais tempo aos filhos do que mulheres com um parceiro de sexo diferente, indicando, assim, que os progenitores do mesmo sexo, no geral, investem mais tempo nos seus filhos (3,5 horas, por comparação com pais de sexo diferente que despendem 2,5 horas de dedicação total aos filhos).

Por não poderem ter filhos de forma natural, os casais do mesmo sexo costumam ter maior consciência quando querem incluir uma criança no seu núcleo familiar e tornarem-se pais. De entre as opções que fazem com que casais do mesmo sexo sejam progenitores, a maioria dos casos de homoparentalidade deve-se a filhos de apenas um dos membros da díade, fruto de uma relação heterossexual anterior. Além da opção supramencionada, casais do mesmo sexo podem tornar-se pais através da adoção ou da inseminação artificial de um dos membros da díade, no caso das mulheres. Note-se que a tendência é de existirem mais agregados de mulheres do que de homens, no que concerne à homoparentalidade (Schoephoerster & Aamlid, 2016; Perrin & Committee on Psychosocial Aspects of Child and Family Health, 2002).

Um dos maiores desafios que os casais do mesmo sexo enfrentam quando decidem ter filhos é a homofobia, até porque nos dias de hoje ainda vivemos numa sociedade que ainda tem uma ideologia maioritariamente heterossexual (Goldberg, 2009).

As crenças, particularmente relativas à parentalidade entre pessoas do mesmo sexo são, maioritariamente, sustentadas por atitudes negativas, muito presentes nas sociedades ocidentais, o que acontece com o próprio conceito de “homossexualidade”, como supramencionado.

Ainda assim, e apesar do estereótipo em torno dos casais do mesmo sexo criar uma opinião negativa sobre a homoparentalidade, as mulheres no geral são mais solidárias para com progenitores do mesmo sexo, podendo isso ser explicado pelo facto do sexo feminino ser, comumente, mais orientado para a família e mais sensível para com as crianças (Schoephoerster & Aamlid, 2016).

Ainda relativamente ao estereótipo associado à parentalidade nos casais do mesmo sexo, nomeadamente existir a preocupação de que crianças cujos progenitores são do mesmo sexo são desfavorecidas comparativamente a crianças com pais de sexos diferentes, o facto do número de indivíduos LGB que querem e concretizarem o seu desejo de terem filhos ter aumentando, faz com que a sociedade em geral e os próprios *media* tenham alterado, positivamente, a sua visão perante este facto, pelo que o estereótipo tem sido cada vez mais combatido. Sobre os casais do mesmo sexo que tomam a decisão de ter filhos, prevê-se que, em 1990, aproximadamente um em cada 20 casais de gays e um em cinco casais de lésbicas tinham filhos; atualmente, acredita-se que mais de metade dos casais do mesmo sexo querem ter filhos, inclusive, a percentagem de casais de lésbicas que querem ter filhos é muito próxima da percentagem de mulheres heterossexuais que querem ser mães (49 e 53%,

respetivamente) (Gates & Ost, 2004 e Gates, Badgett, Macomber, & Chambers, 2007 *cit in* Goldberg, 2009; Schoephoerster & Aamlid, 2016).

Tendo por base os Censos Americanos, em 2010 cerca de 125 mil casais do mesmo sexo estavam envolvidos em processos de adoção de crianças com idade inferior a 18 anos e tendência é existirem cada vez mais casais do mesmo sexo com filhos. De facto, casais do mesmo sexo sempre tiveram filhos, mas nas últimas três décadas houve um fenómeno denominado “*lesbian and gay baby boom*”, que consiste no aumento exponencial da homoparentalidade planeada por via de inseminação artificial, adoção e sub-rogação (Gates, 2013a, *cit in* Costa, Caldeira, Fernandes, Rita, Pereira e Leal, 2014; Perrin & Committee on Psychosocial Aspects of Child and Family Health, 2002). Em Portugal, prevê-se que a maioria dos filhos de casais do mesmo sexo tenha sido fruto de uma relação heterossexual anterior de um dos membros da díade. Estes casais incluem-se num total de oito a 10% do total de casais do meso sexo com filhos na comunidade portuguesa (Costa, Caldeira, Fernandes, Rita, Pereira e Leal, 2014). Ainda assim, é importante ressaltar que o número real de famílias não heterossexuais com filhos ainda é desconhecido dado o estigma associado a estes arranjos familiares (Perrin & Committee on Psychosocial Aspects of Child and Family Health, 2002).

As atitudes face às pessoas LGB são muito influenciadas por fatores socioculturais, como supramencionado. A ambivalência existente na população portuguesa face à adoção de crianças por casais do mesmo sexo está muito relacionada com a influência histórica da Igreja Católica, que contribuiu para uma visão conservadora das questões sexuais. Entre 1926 e 1974, o Código Penal Português punia a homossexualidade como crime por vagabundagem. Só a partir de 1982 é que o povo português começou a ser mais liberal em relação os princípios e valores da sociedade moderna, tendo, inclusive, implementado políticas relativas aos direitos civis das minorias sexuais. Ainda assim, continua a existir um grande preconceito face à homoparentalidade, havendo apenas uma pequena percentagem de pessoas a concordar com a adoção por casais do mesmo sexo (Gato, Freitas, & Fontaine, 2013).

A estrutura familiar liga-se muito ao bem-estar das crianças, pelo que o preferencial é que os filhos possam viver junto dos dois progenitores. É cada vez mais comum existirem casais do mesmo sexo que decidem ter filhos, apesar de ainda existirem lacunas na investigação relativamente a esta temática da homoparentalidade, cuja falta de dados pode estar diretamente relacionada com o baixo número de crianças que residem com casais do mesmo sexo (Brown, Manning & Payne, 2016).

O pressuposto de que as mulheres são biologicamente mais maternais está presente em diversas culturas. Neste sentido, e tendo por base esse pressuposto, existem evidências de que crianças que são criadas por um casal de mulheres adquirem mais benefícios do que aquelas que têm como progenitores um homem e uma mulher. Além disso, evidências demonstram que famílias que incluem progenitores do mesmo sexo são caracterizadas por altos níveis de educação e compromisso, associados ao seu bem-estar económico (Brown, Manning & Payne, 2016).

Apesar das evidências demonstrarem que não existem diferenças significativas entre crianças criadas por casais de sexos diferentes e casais do mesmo sexo, nomeadamente em áreas de desenvolvimento fulcrais e competências parentais, o pressuposto de que a homoparentalidade é prejudicial para as crianças serviu de barreira durante muito tempo à aprovação da adoção de crianças por casais do mesmo sexo (Costa, Caldeira, Fernandes, Rita, Pereira & Leal, 2014).

As crenças, particularmente relativas à parentalidade entre pessoas do mesmo sexo são, maioritariamente, sustentadas por atitudes negativas, muito presentes nas sociedades ocidentais, o que acontece com o próprio conceito de “homossexualidade”, como supramencionado (Costa, Caldeira, Fernandes, Rita, Pereira & Leal, 2014).

Os estudantes universitários portugueses continuam a ter atitudes mais negativas face aos estudantes americanos e australianos. Indivíduos heterossexuais portugueses consideram que existe mais preconceito e discriminação para com gays do que lésbicas, e que as mulheres, mesmo não sendo heterossexuais, são mais competentes para criar filhos, pelo que as competências de maternidade poderiam atenuar os efeitos de vitimização das crianças que estão inseridas no núcleo familiar não heterossexual. Além disso, e de acordo com a literatura já realizada nesse aspeto, os homens heterossexuais portugueses antecipam mais problemas emocionais e sociais para as crianças que são criadas por casais do mesmo sexo, sendo esses problemas mais acentuados quando se trata de um casal de dois homens (Costa, Caldeira, Fernandes, Rita, Pereira e Leal, 2014).

As evidências indicam que existem muitas semelhanças entre pais heterossexuais e pais não heterossexuais, apesar da capacidade para desempenhar um papel parental e para criar condições para o bom desenvolvimento psicológico dos filhos seja questionada (Gato, Freitas, & Fontaine, 2013).

Além disso, e tendo em consideração que as mulheres, comumente, são mais solidárias para com pessoas LGB, há uma maior probabilidade da revelação ser feita junto das mães, dada a sua capacidade para falar abertamente sobre questões de identidade sexual.

2.4. Objetivos do Presente Estudo

A solidariedade intergeracional é um conceito relativamente novo na literatura e, como tal, poucas são as investigações realizadas neste âmbito. Este conceito surgiu para explicar a coesão existente nas relações entre pais e filhos já na idade adulta (Bengtson & Roberts, 1991). A diversidade familiar é uma realidade cada vez mais comum (Dias, 2011), considera-se pertinente analisar o nível de solidariedade familiar percebida numa destas novas estruturas familiares: os casais do mesmo sexo com e sem filhos, por comparação com a visão tradicional heterossexual nas mesmas condições. Ao longo dos anos, vários esforços políticos têm sido realizados para uma maior aceitação do casamento e parentalidade de casais do mesmo sexo (Gates, 2015). Assim, torna-se interessante juntar os conceitos “Solidariedade Familiar” e “Homoparentalidade” num único projeto.

Partindo do racional teórico desenvolvido anteriormente e considerando a relevância de contribuir na investigação, ainda escassa, da solidariedade familiar e o interesse pessoal de examinar outras áreas, ainda não estudadas, da temática da homoparentalidade, torna-se pertinente perceber se a solidariedade familiar percebida é diferente em função da orientação em jovens casais com e sem filhos, até porque a literatura demonstra que a qualidade das relações é mais importante que a orientação sexual, conduzindo à importância do estudo da solidariedade familiar, como supramencionado (Schumm, 2016).

Face ao exposto, este estudo pretende, então, perceber se a perceção de solidariedade familiar difere em função da orientação sexual em jovens casais com e sem filhos. Neste sentido, torna-se pertinente analisar o seguinte:

- Será que a solidariedade familiar percebida difere entre casais do mesmo sexo e casais de sexo diferente?
- Nos casais do mesmo sexo, existirão diferenças entre casais de homens e casais de mulheres, relativamente à perceção de solidariedade familiar?
- Será que a presença de filhos na relação de jovens casais constitui uma variável moderadora da solidariedade familiar?
- Terá o grau de abertura uma associação ao nível de solidariedade familiar percebido?

III - Método

3.1. Participantes

O presente estudo quantitativo fez um total de 193 participantes que responderam a um questionário, o qual estava disponível em formato papel e também via online, de forma a abranger o máximo de participantes possível. Teve assim, por base, uma metodologia quantitativa, através da aplicação de questionários em formato papel e *online*. Deste total de participantes, 144 eram mulheres (75% da amostra total) e 49 eram homens (25% da amostra total). É importante reforçar que os critérios para as pessoas participarem neste estudo eram: 1) ter mais de 18 anos; 2) estar numa relação cuja condição seria ser casado ou viver em união de facto com o(a) companheiro(a); ter nacionalidade portuguesa.

Foi também possível perceber que a média de idades dos participantes foi de 36 anos (DP = 10), sendo que o(a) participante mais novo tinha 19 anos e a idade mais elevada foi de 66 anos.

Através da análise realizada, 71 participantes identificaram-se como LGB: 30 são indivíduos do sexo masculino que se encontravam numa relação com um homem e 41 mulheres estavam numa relação com alguém do mesmo sexo que o seu, com uma média de 34 e 35 anos de idade, respetivamente (DP = 9; DP = 11, respetivamente também). Ainda sobre os casais do mesmo sexo, o homem mais novo tinha 19 anos de idade e o mais velho tinha 55 anos de idade; relativamente às mulheres, foi possível concluir que a mais nova tinha, também, 19 anos de idade enquanto a mais velha contemplava 64 anos idade.

Os restantes 122 participantes tratavam-se de indivíduos que disseram estar numa relação heterossexual. Destes, 19 eram participantes do sexo masculino e 103 sujeitos do sexo feminino, cujas médias de idades corresponderam a 41 e 36 anos, respetivamente (DP = 12; DP = 10). Foi possível constatar, ainda, que no sexo masculino a idade mínima dos participantes foi de 23 anos e a idade máxima foi de 66 anos; já a amostra feminina dos casais de sexo diferente teve idades compreendidas entre os 19 e os 66 anos.

Quadro 3.1.

Análise descritiva da idade dos participantes, por sexo e por tipo de casal (casais de sexo igual e casais de sexo diferente)

	Casal de sexo igual					Casal de sexo diferente					Total				
	N	M	DP	Mín.	Máx.	N	M	DP	Mín.	Máx.	N	M	DP	Mín.	Máx.
Sexo															
Masculino	30	34	9	19	55	19	41	12	23	66					
Feminino	41	35	11	19	64	103	36	10	19	66					
Total											193	36	10	19	66

A análise efetuada também permitiu concluir que do total dos 173 participantes, 85 eram casados e 108 encontravam-se numa situação de união de facto. Curiosamente, os participantes que assumiram o seu estado civil como “união de facto” estavam igualmente divididos por casais do mesmo sexo e por casais de sexo diferente, ou seja, 54 indivíduos que assumiram estar numa relação com um(a) parceiro/a do mesmo sexo que o seu e 54 indivíduos que disseram estar numa com um(a) parceiro(a) de sexo diferente, afirmaram que o seu estado civil traduzia-se pela “união de facto/coabitação”. A nível dos casais do mesmo sexo, existiram sete homens casados e 23 em união de facto, enquanto 10 mulheres estavam casadas e 31 em união de facto; já em relação aos casais de sexo diferente, nove homens estavam casados e 10 em união de facto, enquanto a amostra do sexo feminino que se assumiu como tendo uma relação heterossexual foi composta por 59 mulheres casadas e 44 em situação de união de facto.

Uma outra variável analisada foram as habilitações académicas. O grau de doutoramento foi o menos representativo da amostra total deste estudo, sendo composto por apenas seis dos 193 participantes. Seguidamente, o 9º de escolaridade também teve apenas oito participantes. O 12º ano de escolaridade foi o que se destacou, contendo 118 dos 193 participantes, sendo a sua maioria mulheres que assumiram estar numa relação heterossexual (N = 25, por comparação com quatro homens numa relação não heterossexual, oito mulheres numa relação também não heterossexual, e nove participantes do sexo masculino que afirmaram estar numa relação com uma pessoa de sexo diferente).

Quadro 3.2.

Análise descritiva da amostra por: estado civil, presença de filhos, habilitações académicas e situação profissional

	Casal de sexo igual		Casal de sexo diferente		Total
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	
Casado	7	10	9	59	85
União de facto/coabitação	23	31	10	44	108
Com filhos	6	19	12	65	102
Sem filhos	24	22	7	38	91
9º ano de escolaridade	3	0	1	4	8
12º ano de escolaridade	4	8	9	25	118
Licenciatura pré-bolonha	9	6	3	37	82
Licenciatura pós-bolonha	6	4	2	13	25
Mestrado	7	19	1	19	46
Doutoramento	1	4	0	1	6
Empregado	25	36	18	88	167
Desempregado	5	5	1	15	26

Ainda sobre a análise aos dados sociodemográficos, e tal como é possível observar no Quadro 3.2., foi possível concluir que a maioria da amostra encontrava-se empregada (N = 167 participantes empregados), por contraste aos 26 participantes que estavam desempregados. Relativamente à situação profissional, as mulheres que assumiram estar numa relação heterossexual foram o grupo com o número mais elevado de participantes (N = 88) empregados, por comparação a 25 homens que estavam numa relação não heterossexual, 18 homens numa relação heterossexual e 36 mulheres que se encontravam numa relação não heterossexual. Para os participantes que se encontravam desempregados, os casais do mesmo sexo contemplaram um total de dez participantes: cinco do sexo feminino e cinco do sexo masculino; apenas um homem que disse estar numa relação heterossexual estava desempregado, comparativamente com 15 participantes do sexo feminino que disseram estar nesta mesma situação profissional.

Por fim, uma outra variável sociodemográfica tornou-se crucial para este estudo: a presença (ou não) de filhos, uma vez que estava diretamente implicada numa das questões em análise. Dos resultados obtidos, foi possível concluir que existiram mais participantes que

afirmam ter filhos (N = 102), apesar de muitos dos participantes também terem afirmado que não têm filhos (N = 91). Dos participantes que responderam não ter filhos, 24 foram homens que assumiram estar numa relação não heterossexual e 22 foram mulheres que estavam nessa mesma condição; relativamente aos participantes que disseram não ter filhos e estarem numa relação heterossexual, sete foram homens e 38 foram do sexo feminino. Já em relação à amostra com filhos, a nível de casais do mesmo sexo existiram seis participantes do sexo masculino e 19 do sexo feminino; em relação aos casais de sexo diferente com filhos, a amostra foi composta por 12 homens e 69 mulheres.

3.2. Instrumentos

3.2.1. Questionário Sociodemográfico. O questionário sociodemográfico tornou-se particularmente importante para o presente estudo pois continha questões específicas que são inerentes à problemática em análise, tais como a condição relacional dos participantes e a presença (ou não) de filhos.

Contém questões como: sexo do/a participante e do seu/sua companheiro/a, estado civil, questões inerentes a filhos (se têm ou não, se os filhos são biológica e/ou legalmente de ambos os membros do casal ou de apenas um dos membros, idade e se habitam consigo), e ainda questões relativas à situação académica/profissional dos/as participante/s (habilitações académicas, situação profissional, profissão que exercem). O questionário sociodemográfico continha, ainda, algumas questões ligadas às práticas de tarefas domésticas¹.

O levantamento das respostas a estas questões também permitiu perceber se os/as participantes continham os critérios necessários à participação neste estudo: terem mais de 18 anos de idade e estarem numa relação (união de facto/coabitação ou casamento).

3.2.2. Índice de Solidariedade Intergeracional (Bengtson & Roberts, 1991, traduzido e adaptado por Monteiro, 2010). O Índice de Solidariedade Intergeracional, original de Bengtson e Roberts (1991), foi traduzido e adaptado para uma amostra da população portuguesa por Monteiro (2010), e avalia as relações familiares. Neste sentido, tornou-se um instrumento fundamental para a análise deste estudo, pois avalia diretamente

¹ Estes dados não serão avaliados na presente dissertação, uma vez que se constituem elementos fundamentais a uma investigação paralela realizada por outra autora.

uma das principais variáveis, isto é, avalia o apoio entre os membros de um mesmo núcleo familiar, em diferentes gerações.

O instrumento original é composto por 34 itens repartidos por sete dimensões: solidariedade funcional (dada e recebida), solidariedade normativa, solidariedade conflitual, solidariedade afetiva, solidariedade associativa, solidariedade estrutural e finalmente solidariedade consensual.

Neste estudo, foram avaliadas apenas as primeiras quatro dimensões supramencionadas, as quais já teriam sido utilizadas em outros estudos em Portugal. Importa ressaltar que o instrumento revelou ter boas qualidades psicométricas.

A solidariedade funcional está repartida por dada e recebida, contendo as mesmas questões à exceção do item “Apoio no cuidado dos meus filhos”, que apenas está presente na subdimensão de solidariedade funcional recebida. Assim, esta dimensão contém 17 itens, sendo que oito fazem parte da solidariedade funcional dada e nove pertencem à solidariedade funcional recebida. A solidariedade funcional pretende prever o grau de apoio sentido por ambas as partes (pais e filhos adultos) em várias situações do quotidiano, tais como: tarefas domésticas, transportes e compras, informação e conselhos, apoio financeiro, emocional e em situação de doença, bem como assistência nos cuidados pessoais, como a higiene, e tomada de decisões importantes. Estes itens são avaliados numa escala tipo *Likert* que varia entre 1 “Nunca” e 6 “Sempre”. Esta dimensão do instrumento apresentou uma boa consistência interna (Solidariedade funcional recebida em relação ao pai: $\alpha = 0.94$; Solidariedade funcional recebida em relação à mãe: $\alpha = 0.93$; Solidariedade dada em relação ao pai: $\alpha = 0.91$; Solidariedade funcional dada em relação à mãe: $\alpha = 0.89$).

A solidariedade normativa contém um total de três itens que são avaliados através de uma escala tipo *Likert* que varia entre 1 “Discordo completamente” e 6 “Concordo completamente”. Os itens desta dimensão pretendem avaliar quão comprometidos os indivíduos estão face aos valores e normas das suas famílias de origem, tais como “As pessoas devem conversar acerca de decisões de vida importantes com os familiares, antes de passarem à ação”. Através da análise das respostas, foi possível concluir que esta dimensão apresenta boas qualidades psicométricas ($\alpha = 0.75$).

A solidariedade conflitual avalia as relações conflituais e o grau de desacordo entre pais e filhos adultos (e.g. “Existe conflito, tensão ou desacordo entre mim e os meus pais” e “Eu sou crítico/a em relação aos meus pais ou ao que eles fazem”). Acarreta quatro itens que, à semelhança da dimensão anterior, são avaliados numa escala tipo *Likert* que varia entre 1 “Discordo completamente” e 6 “Concordo completamente”. Esta dimensão apresenta,

igualmente, boas qualidades psicométricas (Solidariedade conflitual em relação ao pai: $\alpha = 0.78$; Solidariedade conflitual em relação à mãe: $\alpha = 0.76$).

A quarta dimensão, a solidariedade afetiva, diz respeito aos sentimentos positivos dos indivíduos face aos membros da sua família de origem. Reúne seis itens que vão de encontro à reciprocidade desses sentimentos positivos entre os membros familiares (e.g. “O meu relacionamento com os meus pais é...”, “A compreensão que os meus pais têm em relação a mim é...” e “A comunicação com os meus pais, no que diz respeito à troca de ideias sobre assuntos que os preocupam é..”). Estes itens são avaliados numa escala de seis pontos, em que 1 corresponde a “Inexistente” e 6 a “Excelente”. À semelhança das restantes dimensões, a solidariedade afetiva também apresenta uma boa consistência interna (Solidariedade afetiva em relação ao pai: $\alpha = 0.97$; Solidariedade afetiva em relação à mãe: $\alpha = 0.82$).

O Quadro 3.3. apresenta os alfas e as correlações entre as subdimensões do Índice de Solidariedade Intergeracional.

Quadro 3.3.

Alfas de Cronbach e Inter-Correlações para a Solidariedade Intergeracional

	Recebida pai	Recebida mãe	Dada pai	Dada mãe	Normativa	Conflitual pai	Conflitual mãe	Afetiva pai	Afetiva mãe
Recebida pai	0.94	0.73**	0.69**	0.55**	0.30**	-0.19	-0.13	0.71**	0.56**
Recebida mãe	-	0.93	0.70**	0.78**	0.41**	-0.04	-0.16	0.40**	0.67**
Dada pai	-	-	0.91	0.88**	0.39**	-0.16	-0.14	0.65**	0.60**
Dada mãe	-	-	-	0.89	0.36**	0.03	-0.07	0.42**	0.57**
Normativa	-	-	-	-	0.75	-0.13	-0.17*	0.35**	0.43**
Conflitual pai	-	-	-	-	-	0.78	0.61**	-0.39**	-0.30**
Conflitual mãe	-	-	-	-	-	-	0.76	-0.15	-0.42**
Afetiva pai	-	-	-	-	-	-	-	0.97	0.54**
Afetiva mãe	-	-	-	-	-	-	-	-	0.82

Nota: o valor de Alpha de Cronbach (α) encontra-se na diagonal; * $p < 0.05$; ** $p < 0.01$.

3.2.3. Inventário de Abertura (Mohr, 2005). O Inventário de Abertura (Mohr, 2005) caracteriza-se por um conjunto de 11 itens, através dos quais é possível compreender quão abertos os participantes LGB são relativamente à sua orientação sexual. Jerónimo (2015), por exemplo, utilizou este instrumento no seu estudo, revelando que o mesmo apresentou uma boa consistência interna. Assim, tornou-se pertinente a utilização deste inventário uma vez que o mesmo já tinha sido utilizado num estudo realizado em Portugal e revelou ter boas qualidades psicométricas.

Este inventário possui três fatores: revelação à família, revelação a pares e revelação à comunidade religiosa. A revelação à família incorpora os primeiros quatro itens do inventário: mãe, pai, irmãos/irmãs e família alargada/parentes; a revelação a pares inclui cinco itens: novos/as amigos/as heterossexuais, colegas de trabalho, chefes de trabalho, estranhos/novos(as) conhecidos(as) e antigos(as) amigos(as) heterossexuais; e por fim a revelação à comunidade religiosa abrange os últimos dois itens do inventário: líderes da minha comunidade religiosa, e pessoas da minha comunidade religiosa.

Todos os itens supracitados foram avaliados tendo por base uma escala de sete pontos, em que um corresponde a “Esta pessoa definitivamente não sabe da minha orientação sexual” e sete corresponde a “Esta pessoa sabe com toda a certeza da minha orientação sexual e falamos abertamente disso”.

Importa ainda referir que este inventário revelou ter boas qualidades psicométricas, isto é, apresenta uma boa consistência interna ($\alpha = 0.96$). Particularizando, o fator “Revelação à família” apresenta um alfa de 0.80, a “Revelação a pares” tem um alfa de 0.88, e por fim a “Revelação à comunidade religiosa” possui um alfa de 0.99. Para o presente estudo, seria fundamental existir uma boa consistência interna do primeiro fator supramencionado, pois está relacionado com a abertura para revelar e discutir abertamente a orientação sexual dos participantes com a sua família, podendo isso estar diretamente relacionado com o grau de solidariedade intergeracional sentido por parte dos participantes face ao seu núcleo familiar.

Quadro 3.4.

Alfa de Cronbach e Inter-Correlações entre o total e as subcategorias “Revelação à família”, “Revelação a pares” e “Revelação à comunidade religiosa”

	Revelação à família	Revelação a pares	Revelação à c. religiosa	Revelação total
Revelação à família	0.80	0.49**	0.56**	0.81**
Revelação a pares	-	0.88	0.89**	0.99**
Revelação à comunidade religiosa	-	-	0.99	0.89**
Revelação Total	-	-	-	0.96

Nota: o valor de Alpha de Cronbach (α) encontra-se na diagonal; * $p < 0.05$; ** $p < 0.01$.

Relativamente às subdimensões do instrumento “Inventário de Abertura”, podemos concluir, com base no Quadro 3.4., que existe uma correlação estatisticamente significativa em todas as subdimensões e no total do instrumento.

3.3. Procedimento

Tendo por base o tema e os objetivos em estudo, bem como a literatura existente, começou a ser ponderada qual a metodologia mais adequada para a população alvo. Considerando que indivíduos LGB continuam a integrar uma minoria sexual, a metodologia quantitativa pareceu ser a opção mais viável, podendo maximizar-se as vantagens de utilizar questionário online face à possibilidade do anonimato das minorias sociais.

O questionário final aplicado continha instrumentos de dois estudos a serem realizados na mesma altura, pelo que além do Índice de Solidariedade Intergeracional e do Inventário de Abertura, também continha instrumentos ligados às práticas domésticas de casais do mesmo sexo e de casais de sexo diferente.

Tal como mencionado anteriormente, o questionário foi aplicado de duas formas diferentes: online e em papel, de forma a abranger o maior número de participantes possível. Leia-se que a amostra desejada deveria conter, pelo menos, 30 participantes que estivessem numa relação com pessoas de sexo diferente e 30 participantes numa relação do mesmo sexo.

O questionário foi acompanhado sempre de um consentimento informado, o qual apelava à divulgação do presente estudo, criando assim uma amostragem por “bola de neve”

Além da divulgação por parte dos participantes, foi realizado um contacto com a Associação Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero (Associação ILGA Portugal), pelo que o estudo estava disponível no seu *website*. Esta mesma associação, no mês de junho, realizou um evento público onde foi possível entregar alguns questionários em formato papel de forma a conseguir um maior número de participantes. Importa referir que o questionário esteve disponível no formato online entre os meses de abril e julho de 2017.

Após a recolha de dados, foi iniciada a análise aos mesmos, através do Sistema IBM SPSS. Para tal, a análise começou com a verificação das qualidades psicométricas dos instrumentos que, como supramencionado, possuíam bons *Alphas de Cronbach*. Atendendo às boas qualidades psicométricas dos instrumentos, foram criadas novas variáveis de forma a fazer uma análise mais consistente. Assim, os itens dos instrumentos “Índice de Solidariedade Intergeracional” e “Inventário de Abertura” foram agrupados por categorias.

Foram realizadas correlações para perceber de que formas as variáveis estavam relacionadas entre si, sendo que as correlações foram feitas tanto para o Índice de Solidariedade Intergeracional, como para o Inventário de Abertura. Importa referir que, para o Inventário de Abertura, as correlações realizadas foram para a “Revelação à família”, “Revelação a pares” e “Revelação à comunidade religiosa”. Em relação ao Índice de Solidariedade Intergeracional, as correlações realizadas tiveram por base os quatro fatores (“Solidariedade funcional”, “Solidariedade normativa”, “Solidariedade conflitual” e “Solidariedade afetiva”). Ainda sobre estes quatro fatores, as correlações estão subdivididas pelas respostas dadas com respeito ao “Pai” e à “Mãe” e ainda, relativamente à solidariedade funcional, esta foi dividida por “Solidariedade funcional recebida” e “Solidariedade funcional dada”.

Foi realizada uma análise de variância através da utilização de testes de hipóteses paramétricos, mais especificamente testes t para duas amostras independentes. Esta é uma análise que permite comparar dois grupos populacionais independentes, pois através dos Testes T é possível verificar se existe diferença estatisticamente significativa entre as médias desses mesmos grupos que se querem comparar. Os Testes T revelaram-se úteis para a análise à confirmação ou roboração das duas primeiras questões de investigação: “Será que a solidariedade familiar percebida difere entre casais do mesmo sexo e casais de sexo diferente?” e “Nos casais do mesmo sexo, existirão diferenças entre casais de homens e casais de mulheres, relativamente à perceção de solidariedade familiar?”.

As últimas duas questões de investigação (“Será que a presença de filhos na relação de jovens casais constitui uma variável moderadora da solidariedade familiar?” e “Terá o grau de abertura uma associação ao nível de solidariedade familiar percebido?”) foram afirmadas ou roboradas tendo por base uma análise de variância (ANOVA a dois fatores). Note-se que para a realização desta análise de variância no que diz respeito ao grau de abertura, foi necessária a criação de uma nova variável dicotómica para a “Revelação à família”, tendo por base o cálculo da mediana.

IV - Resultados

4.1. Estatísticas descritivas de solidariedade intergeracional

Os resultados encontrados para as diversas subdimensões da solidariedade intergeracional encontram-se na Figura 4.1. abaixo, destacando as médias para participantes em casais do mesmo sexo e de sexo diferente, de acordo com o principal objetivo do presente trabalho.

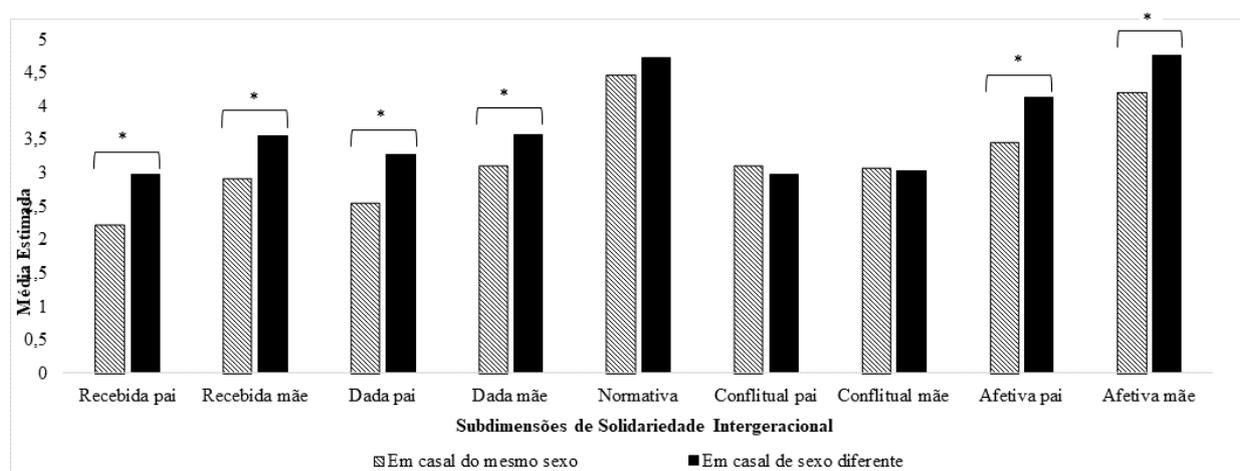


Figura 4.1. Estatística descritiva da Solidariedade Intergeracional em participantes em casais do mesmo sexo e sexo diferente

4.2. Será que a solidariedade familiar percebida difere entre casais do mesmo sexo e casais de sexo diferente?

4.2.1. Solidariedade intergeracional funcional. Foi realizado um conjunto de testes t para explorar as diferenças entre as médias dos dois grupos de participantes, a saber, aqueles em casais do mesmo sexo e de sexo diferente. Tendo por base a análise efetuada em relação à solidariedade familiar funcional recebida, verificámos que existem evidências estatísticas para se afirmar que a média do nível de solidariedade intergeracional funcional recebida dos pais ($t_{(92)} = -2.49$; $p < 0.05$) foi estatisticamente significativa para os casais do mesmo sexo e de sexo diferente. Numa escala que varia entre 1 “Nunca” e 6 “Sempre”, os participantes que afirmaram estar numa relação do mesmo sexo sentiram que recebem, pouco frequentemente, apoio do pai no que concerne a aspetos do dia a dia (e.g. tarefas domésticas), enquanto os indivíduos em casais do mesmo sexo sentiram que recebem, quase nunca, o mesmo tipo de

apoio por parte do progenitor. A média dos casais do mesmo sexo ($M = 2.21$) foi, assim, estatisticamente inferior à dos casais de sexo diferente ($M = 2.97$).

Já a solidariedade intergeracional funcional recebida das mães ($t_{(101)} = -2.19$; $p < 0.05$) foi também percebida de forma diferente pelos dois tipos de arranjos familiares (casal do mesmo sexo e casal de sexo diferente). Os casais de sexo diferente responderam que recebem, com frequência, apoio da mãe nas questões diárias ($M = 3.55$), enquanto os casais do mesmo sexo responderam que recebem, com pouca frequência, o mesmo tipo de apoio por parte da mãe ($M = 2.91$). A diferença de médias foi estatisticamente significativa, pelo que o facto de serem um casal de sexo diferente ou mesmo sexo apresentou diferenças a nível de solidariedade intergeracional funcional recebido, por parte das mães dos(as) participantes.

Relativamente à solidariedade intergeracional funcional dada aos progenitores, a análise realizada permitiu afirmar que a média do nível percebido de solidariedade familiar funcional dada ao pai ($t_{(132)} = -3.22$; $p < 0.01$) foi estatisticamente diferente para os casais do mesmo sexo e para os casais de sexo diferente. Apesar de ambos os casais terem afirmado que dão, pouco frequentemente, apoio ao pai, a diferença de médias foi estatisticamente significativa (casais do mesmo sexo: $M = 2.55$; casais de sexo diferente: $M = 3.27$). Neste sentido, os casais de sexo diferente reportaram dar mais apoio aos progenitores do sexo masculino, em questões do dia a dia.

Por fim, é possível afirmar que a média da percepção de solidariedade familiar funcional dada à mãe foi, tal como em relação aos pais, superior nos respondentes em casais de sexo diferente ($M = 3.56$), por comparação com os em casais de mesmo sexo ($M = 3.11$). Isto porque a diferença de médias entre os dois grupos foi estatisticamente significativa ($t_{(154)} = -2.32$; $p < 0.05$). Enquanto os casais de sexo diferente afirmaram dar, frequentemente, apoio funcional à mãe, os casais do mesmo sexo afirmaram dar, com pouca frequência, o mesmo tipo de apoio à progenitora. Neste sentido, conclui-se que o facto de ser um casal heterossexual ou um casal não heterossexual têm influência na percepção de apoio funcional dado à mãe.

4.2.2. Solidariedade intergeracional normativa. De acordo com os resultados obtidos, a média das duas amostras face à percepção de solidariedade familiar normativa não foi estatisticamente significativa ($t_{(190)} = -1.62$; *ns*).

Neste sentido, e numa escala que varia entre 1 “Discordo completamente” e 6 “Concordo completamente”, os casais do mesmo sexo e os casais de sexo diferente concordam muito que devem ser partilhadas diversas atividades em família e que os membros

familiares devem conversar sobre decisões importantes das suas vidas, bem como dar mais peso às decisões da sua família de origem. As suas médias são de 4.47 e 4.72 respetivamente, e embora a perceção média dos casais de sexo diferente seja ligeiramente mais elevada, a diferença entre os dois grupos comparativos não foi estatisticamente significativa.

4.2.3. Solidariedade intergeracional conflitual. A análise à subescala solidariedade familiar conflitual revelou que a diferença das médias não foi estatisticamente significativa, para ambos os grupos, quer em relação ao pai ($t_{(153)} = 0.63$; *ns*), como também em relação à mãe ($t_{(174)} = 0.29$; *ns*).

Pese embora a média dos casais do mesmo sexo seja ligeiramente mais elevada ($M = 3.10$), por comparação aos casais de sexo diferente ($M = 2.97$), ambos responderam que discordam um pouco com o progenitor. Quanto à mãe, a solidariedade familiar conflitual também tem uma média semelhante nos casais do mesmo sexo ($M = 3.08$) comparativamente aos casais de sexo diferente ($M = 3.02$), sendo a diferença entre estas médias não estatisticamente diferente. Neste sentido, e numa escala que varia entre 1 “Discordo completamente” e 6 “Concordo completamente”, ambos os grupos discordam um pouco no que concerne a questões como a crítica e o desacordo de e para com as suas mães.

4.2.4. Solidariedade intergeracional afetiva. A análise efetuada relativamente à solidariedade familiar afetiva mostrou que existem evidências estatísticas para se afirmar que a média da perceção desta subdimensão, em relação ao pai, foi estatisticamente diferente entre os casais do mesmo sexo e de sexo diferente ($t_{(154)} = -3.03$; $p < 0.01$), sendo que o mesmo aconteceu com a perceção da mesma subdimensão, em relação à mãe ($t_{(175)} = -2.72$; $p < 0.05$).

Numa escala que varia entre 1 “Inexistente” e 6 “Excelente”, os participantes em casais de sexo diferente reportaram que há uma boa relação, proximidade e comunicação sobre assuntos que são importantes para si para o progenitor do sexo masculino ($M = 4.12$), enquanto os casais do mesmo sexo avaliaram que essa mesma relação é moderada ($M = 3.45$).

No que concerne à mãe, enquanto os casais do mesmo sexo reportaram, em média, que há uma boa relação, proximidade e comunicação ($M = 4.21$), os casais de sexo diferente perceberam que a relação, proximidade e comunicação com a progenitora do sexo feminino é muito boa ($M = 4.76$), sendo que a diferença das médias dos dois grupos foi estatisticamente significativa. Assim, o facto de pertencer a um casal do mesmo sexo ou a um casal de sexo diferente está associado a perceção de solidariedade afetiva em relação à mãe.

4.3. Nos casais do mesmo sexo, existirão diferenças entre casais de homens e casais de mulheres, relativamente à percepção de solidariedade familiar?

4.3.1. Solidariedade intergeracional funcional. De acordo com os resultados obtidos (ver figura 2), a média dos dois grupos face à percepção de solidariedade familiar funcional recebida do pai não foi estatisticamente diferente ($t_{(26)} = -0.99$; *ns*). Os casais de duas mulheres e os casais de dois homens perceberam que recebem, quase nunca, apoio por parte do progenitor. Leia-se que as mulheres, apesar da diferença de médias não ser estatisticamente significativa, perceberam um pouco mais este tipo solidariedade familiar ($M = 2.39$) do que os homens ($M = 1.94$).

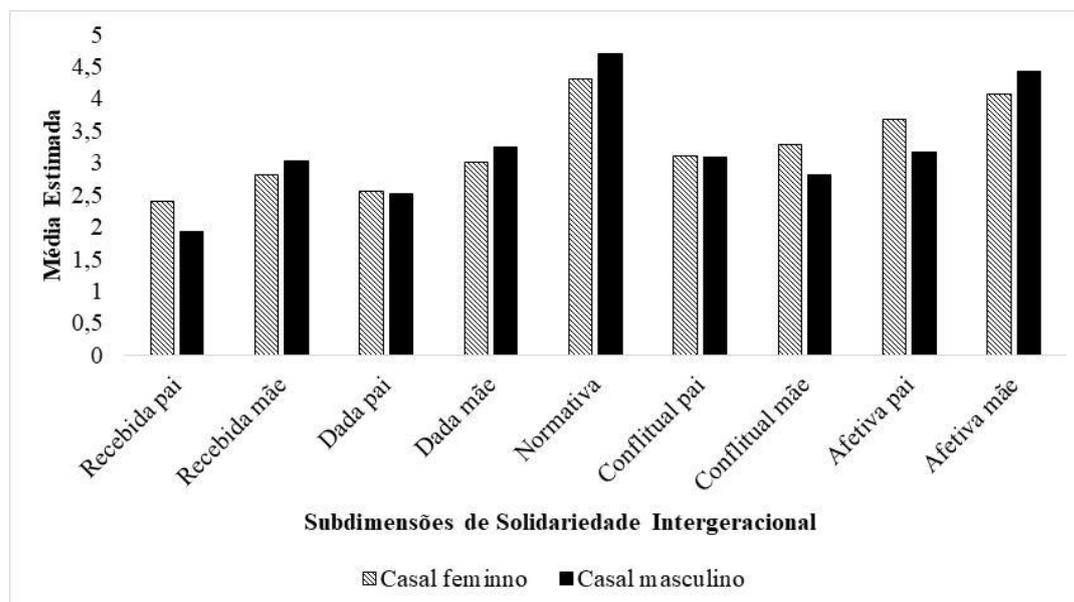


Figura 4.2. Estatística descritiva da Solidariedade Intergeracional em participantes em casais do mesmo sexo femininos e masculinos

Relativamente à solidariedade familiar funcional recebida por parte da mãe, as médias de percepção entre os dois grupos também não foram estatisticamente diferentes ($t_{(27)} = 0.52$; *ns*). Homens e mulheres que assumem estar numa relação não heterossexual reportaram que recebem, com pouca frequência, apoio por parte das suas mães. Contrariamente à solidariedade funcional recebida do pai, nesta situação foram os homens que relataram ligeiramente uma maior percepção de solidariedade funcional da mãe ($M = 3.07$), por comparação com as mulheres ($M = 2.81$).

Quanto à solidariedade intergeracional funcional dada aos progenitores, a média do nível percebido de solidariedade familiar funcional dada ao pai ($t_{(48)} = -0.09; ns$) não foi estatisticamente diferente entre os dois grupos. Ambos os participantes de sexo masculino e feminino que assumem estar numa relação não heterossexual afirmaram que dão, pouco frequentemente, apoio ao progenitor, e apesar de a média ser ligeiramente superior para as participantes do sexo feminino ($M = 2.56$), a diferença da média dos homens não foi estatisticamente significativa ($M = 2.53$),

Por fim, a diferença na solidariedade familiar funcional dada às mães também não foi estatisticamente significativa para os participantes de ambos os sexos ($t_{(57)} = 0.81; ns$). Os participantes de ambos os sexos afirmaram que é “pouco frequente” prestarem apoio funcional às suas mães (sexo masculino: $M = 3.25$; sexo feminino: $M = 3.01$).

4.3.2. Solidariedade intergeracional normativa. A análise à subescala solidariedade familiar normativa revelou que não existem evidências estatísticas para afirmar que a média dos dois grupos é estatisticamente diferente ($t_{(68)} = 1.67; ns$). Ou seja, embora a média dos participantes do sexo masculino tenha sido ligeiramente mais elevada ($M = 4.70$), por comparação aos participantes do sexo feminino ($M = 4.30$), a diferença entre elas não é estatisticamente significativa.

Isto significa que os participantes de sexo masculino que assumem fazer parte dos casais do mesmo sexo concordaram muito que as famílias devem partilhar atividades em conjunto, ideias e decisões importantes, e que os participantes de sexo feminino que assumiram estar numa relação não heterossexual “concordaram” com esta mesma partilha.

4.3.3. Solidariedade intergeracional conflitual. A análise efetuada relativamente à solidariedade familiar conflitual indicou que existem evidências estatísticas para se afirmar que a média da perceção desta subdimensão, em relação ao pai, não foi estatisticamente significativa para os participantes de sexo masculino e para os participantes de sexo feminino ($t_{(57)} = -0.01; ns$), sendo que o mesmo acontece em relação às mães para a mesma amostra ($t_{(65)} = -1.31; ns$).

Numa escala que varia entre 1 “Discordo completamente” e 6 “Concordo completamente”, ambos os sexos discordam um pouco que há uma tensão, crítica, desacordo e conflito entre os próprios e o progenitor.

O mesmo aconteceu para com a perceção deste tipo de solidariedade de e para com a mãe, isto é, a média de respostas dos participantes do sexo feminino foi de 3.28 e a média de

respostas dos participantes homens foi de 2.81, mas a diferença destes valores de média não foi estatisticamente diferente.

4.3.4. Solidariedade intergeracional afetiva. De acordo com os resultados obtidos, a média das duas amostras face à percepção de solidariedade familiar afetiva não foi estatisticamente diferente relativamente aos pais ($t_{(56)} = -1.24$; *ns*) e às mães ($t_{(64)} = 0.98$; *ns*).

Neste sentido, e numa escala que varia entre 1 “Inexistente” e 6 “Excelente”, enquanto os participantes do sexo feminino perceberam que há uma boa proximidade, compreensão e comunicação com o pai ($M = 3.68$), os participantes do sexo masculino responderam que esta mesma proximidade, compreensão e comunicação com o progenitor é moderada ($M = 3.17$).

Em relação às mães, a solidariedade familiar afetiva obteve uma média superior nos participantes do sexo masculino ($M = 4.43$) comparativamente aos participantes do sexo feminino ($M = 4.06$), mas a diferença entre estas médias não foi estatisticamente significativa, e ambos os sexos perceberam uma boa relação com a mãe.

4.4 Será que a presença de filhos na relação de jovens casais constitui uma variável moderadora da solidariedade familiar?

Foi efetuado um conjunto de ANOVAs a 2 fatores, considerando como variáveis dependentes o tipo de casal em que se encontravam os participantes (mesmo sexo ou sexo diferente) e a existência ou não de filhos na relação. Para cada variável dependente, são apresentados os resultados abaixo.

4.4.1. Solidariedade intergeracional funcional. O efeito de interação da presença de filhos com o tipo de casal (casal do mesmo sexo ou casal de sexo diferente) não foi significativo na percepção de solidariedade familiar recebida do pai ($F_{(1,90)} = 0.96$; *ns*). Por sua vez, quando analisado o efeito do tipo de casal, verificou-se que existem diferenças significativas na percepção de solidariedade funcional recebida do pai ($F_{(1,90)} = 4.04$; $p < 0.05$), sendo esta superior nos participantes que responderam ter filhos ($M = 2.90$), por comparação com os participantes que afirmaram não ter filhos ($M = 2.15$). Também foi possível afirmar que o facto de ser um casal do mesmo sexo ou um casal de sexo diferente tem um efeito significativo na percepção de solidariedade funcional recebida do pai ($F_{(1,90)} = 5.90$; $p < 0.05$). Assim, as médias de percepção de solidariedade funcional recebida do pai são

significativamente diferentes, sendo esta, em média, superior nos participantes que disseram estar numa relação de sexo diferente ($M = 2.98$) e menor nos participantes que proferiram estar numa relação do mesmo sexo ($M = 2.21$).

Relativamente à solidariedade funcional recebida da mãe, o efeito da interação da presença de filhos com o tipo de arranjo familiar (casal do mesmo sexo ou casal de sexo diferente) não foi significativo no que toca à perceção desta subdimensão de solidariedade intergeracional ($F_{(1,99)} = 0.01$; *ns*). Ser um casal do mesmo sexo ou um casal de sexo diferente também não teve impacto na perceção de solidariedade funcional recebida da mãe ($F_{(1,99)} = 2.80$; *ns*), sendo que o mesmo aconteceu na presença ou não de filhos ($F_{(1,99)} = 0.05$; *ns*).

A análise sobre a solidariedade funcional dada funcional dada ao pai demonstrou que não existem evidências estatísticas para afirmar que existem um efeito de interação da presença de filhos com o tipo de casal na perceção de solidariedade funcional dada ao pai ($F_{(1,130)} = 1.26$; *ns*). Além disso, a presença de filhos também não implicou diferenças estatisticamente significativas na perceção de solidariedade funcional dada ao pai ($F_{(1,130)} = 0.17$; *ns*). Por sua vez, o facto de ser um casal do mesmo sexo ou um casal de sexo diferente revelou diferenças estatisticamente significativas na média de perceção de solidariedade funcional dada ao pai ($F_{(1,130)} = 9.71$; $p < 0.01$).

Por fim, não foram encontradas evidências estatísticas para afirmar que o efeito de interação da presença de filhos com o tipo de casal seja significativo para a solidariedade funcional dada à mãe ($F_{(1,156)} = 0.01$; *ns*). A presença de filhos também não apresentou diferenças estatisticamente significativas na perceção de solidariedade funcional dada à mãe ($F_{(1,156)} = 1.56$; *ns*). Por sua vez, o facto de ser um casal do mesmo sexo ou um casal de sexo diferente demonstrou diferenças estatisticamente significativas na média de perceção de solidariedade funcional dada à mãe, sendo esta média superior nos casais de sexo diferente ($M = 3.56$) em comparação com os casais do mesmo sexo ($M = 3.11$) - ($F_{(1,156)} = 6.69$; $p < 0.01$).

4.4.2. Solidariedade intergeracional normativa. O efeito principal do tipo de casal ($F_{(1,192)} = 3.54$; $p = 0.06$), o efeito principal da existência de filhos ($F_{(1,192)} = 1.48$; *ns*), e o efeito de interação ($F_{(1,192)} = 0.32$; *ns*) não se revelaram estatisticamente significativos para esta subdimensão nesta amostra.

4.4.3. Solidariedade intergeracional conflitual. Analisando a solidariedade conflitual em relação ao pai, foi possível constatar que não existem evidências estatísticas para afirmar que o efeito de interação da presença de filhos com o tipo de casal seja

significativo nas médias de percepção de solidariedade conflitual para com o progenitor ($F_{(1,151)} = 0.80$; *ns*). A presença de filhos também não demonstrou diferenças estatisticamente significativas na percepção de solidariedade conflitual do pai ($F_{(1,151)} = 0.71$; *ns*). O mesmo aconteceu para o tipo de casal ($F_{(1,151)} = 0.23$; *ns*).

Em relação á solidariedade conflitual da mãe, foi possível observar que o efeito de interação da presença de filhos com o tipo de casal não revelou diferenças estatisticamente significativas na percepção desta subdimensão de solidariedade intergeracional ($F_{(1,172)} = 2.53$; *ns*). Da mesma forma, a presença (ou não) de filhos não apresentou diferenças estatisticamente significativas nas médias de percepção de solidariedade conflitual da mãe ($F_{(1,172)} = 0.08$; *ns*), sendo que o mesmo aconteceu com o facto de ser um casal do mesmo sexo ou um casal de sexo diferente ($F_{(1,172)} = 0.17$; *ns*).

4.4.4. Solidariedade intergeracional afetiva. Não foram encontradas evidências estatísticas para se afirmar que o efeito de interação da presença de filhos com o tipo de casal seja significativo na percepção de solidariedade familiar afetiva do pai ($F_{(1,152)} = 0.01$; *ns*). Também é possível afirmar que o facto de ter ou não filhos não teve um efeito significativo na percepção de solidariedade afetiva do pai ($F_{(1,152)} = 0.92$; *ns*). Por sua vez, quando analisado o efeito do facto de ser um casal do mesmo sexo ou um casal de sexo diferente, verificou-se diferenças estatísticas, em média, a percepção de solidariedade afetiva do pai ($F_{(1,52)} = 7.77$; $p < 0.01$). Estas médias foram, então, superiores nos participantes que disseram estar numa relação de sexo diferente ($M = 4.20$), por comparação com os participantes que afirmaram estar numa relação com alguém do mesmo sexo ($M = 3.48$).

Em relação à mãe, não foi encontrado um efeito de interação significativo da presença de filhos com o facto de ser um casal do mesmo sexo ou um casal de sexo diferente na solidariedade afetiva face à progenitora ($F_{(1,173)} = 0.01$; *ns*). A presença ou ausência de filhos também não apresentou diferenças estatisticamente significativas na percepção de solidariedade afetiva da mãe ($F_{(1,173)} = 0.06$; *ns*). O mesmo não aconteceu para o tipo de casal, uma vez que ser um casal do mesmo sexo ou um casal de sexo diferente demonstraram que existem diferenças estatisticamente significativas na média de percepção de solidariedade afetiva da mãe ($F_{(1,173)} = 7.12$; $p < 0.01$). As médias desta subdimensão de solidariedade intergeracional são estatisticamente superiores nos casais de sexo diferente ($M = 4.76$) em comparação com os casais do mesmo sexo ($M = 4.21$).

4.5. Terá o grau de abertura uma relação com o nível de solidariedade familiar percebido?

De forma similar, foi efetuado um conjunto de ANOVAs a 2 fatores, considerando como variáveis dependentes o sexo do casal dos participantes (feminino ou masculino) e a abertura (baixa ou alta, dividida pela mediana da amostra) em relação à família. Para cada variável dependente, são apresentados os resultados abaixo.

4.5.1. Solidariedade intergeracional funcional. Em relação à revelação à família, o efeito principal da revelação não foi significativo nesta amostra no que diz respeito à solidariedade funcional recebida do pai ($F_{(1,17)} = 2.88$; *ns*). Ainda assim, salienta-se uma aparente diferença de 2.25 para elevada revelação e 1.05 para baixa revelação. O efeito principal do sexo do casal não foi significativo ($F_{(1,17)} = 0.09$; *ns*), nem o efeito de interação ($F_{(1,17)} = 0.02$; *ns*).

A solidariedade recebida pela mãe foi analisada de seguida, tendo sido neste caso encontrado um efeito significativo do sexo do casal ($F_{(1,17)} = 11.17$; $p < 0.01$) e da interação com a revelação ($F_{(1,17)} = 11.93$; $p < 0.01$), conforme a figura abaixo. Não houve efeito da revelação enquanto fator ($F_{(1,17)} = 1.22$; *ns*).

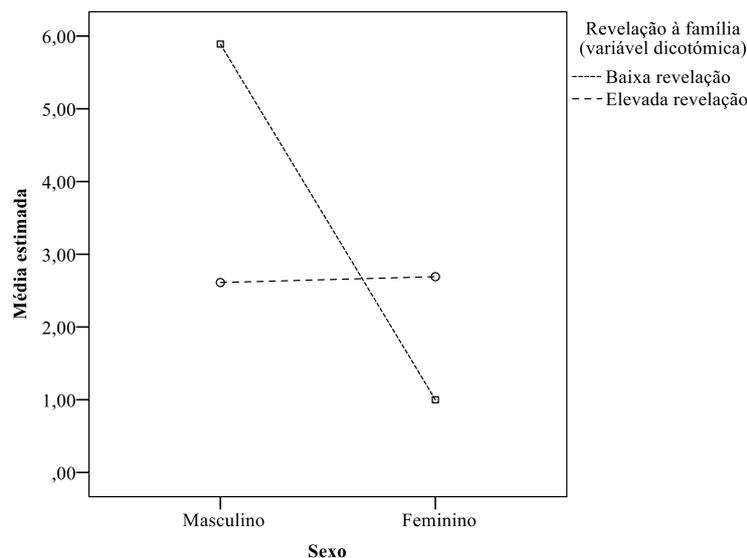


Figura 4.3. Perceção de solidariedade intergeracional funcional recebida da mãe em função do sexo e da baixa ou elevada revelação da orientação sexual

Quando à solidariedade dada, quer ao pai, quer à mãe, nenhum dos efeitos principais ou de interação atingiram a significância estatística.

4.5.2. Solidariedade intergeracional normativa. O facto de ter baixa ou elevada revelação à família não revelou diferenças estatisticamente significativas na perceção de solidariedade familiar normativa ($F_{(1,37)} = 0.50$; *ns*). O efeito do sexo do casal também não foi significativo ($F_{(1,37)} = 3.50$; *ns*), pese embora as médias para os respondentes em casais masculinos foram ligeiramente mais altas ($M=4.99$) do que do sexo feminino ($M=4.33$). A interação não se revelou significativa ($F_{(1,37)} = 1.14$; *ns*).

4.5.3. Solidariedade intergeracional conflitual. Em relação á solidariedade conflitual, foi possível observar que, que em relação ao pai, quer em relação à mãe, os efeitos principais das duas variáveis independentes e a sua interação não atingiram a significância estatística nesta amostra. Ainda assim, nota-se nas figuras abaixo uma tendência nas médias encontradas para uma interação que, não sendo estatisticamente significativa ($F_{(1,37)} = 1.29$; *ns*), parece revelar valores ligeiramente superiores para o conflito com o pai com elevada revelação dos filhos e baixa revelação na filhas. O mesmo se verifica com as mães ($F_{(1,36)} = 1.80$; *ns*).

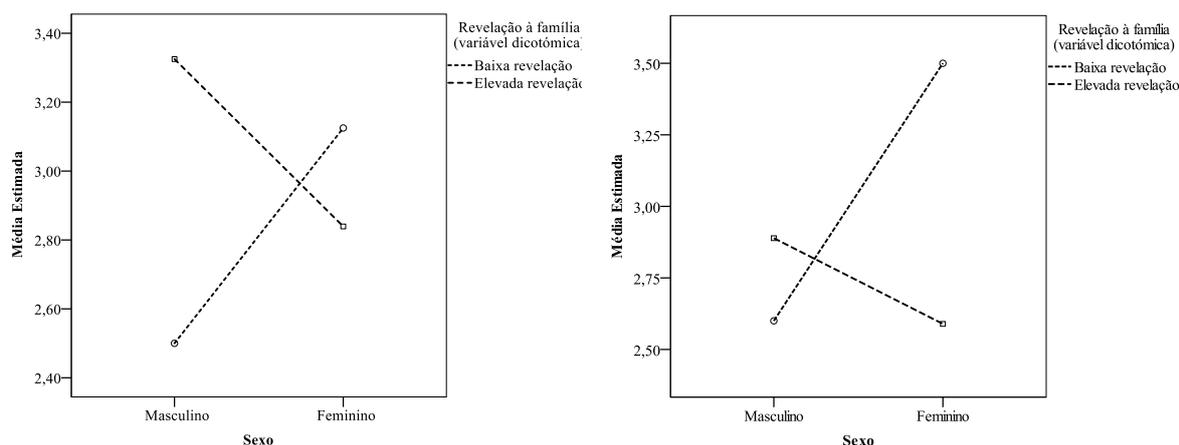


Figura 4.4. (esquerda) Perceção de Solidariedade Intergeracional Conflitual do pai e 4.5. (direita) Perceção de Solidariedade Intergeracional Conflitual da mãe (direita)

4.5.4. Solidariedade intergeracional afetiva. Tendo por base os resultados obtidos, na solidariedade afetiva com o pai, o efeito principal do sexo do casal ou da sua interação com a relação não foram estatisticamente significativos. Contudo, a própria revelação teve um

efeito estatisticamente significativo, com a elevada revelação a obter valores mais altos ($F_{(1,36)} = 6.99; p < 0.01$). Nenhum dos efeitos atingiu significância estatística para a solidariedade afetiva com a mãe.

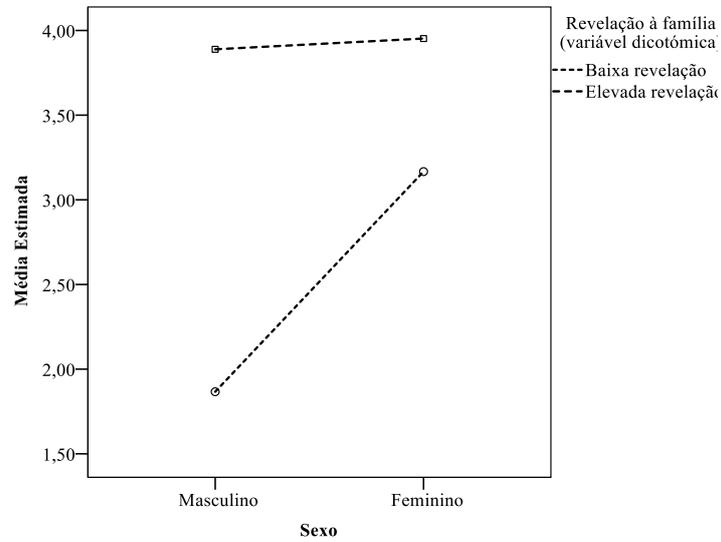


Figura 4.6. Perceção de Solidariedade Intergeracional Afetiva do pai

V – Discussão

A solidariedade intergeracional trata-se de um constructo que pretende compreender de que forma são mantidas as relações familiares entre pais e filhos já adultos (Bengtson & Roberts, 1991).

Através dos resultados analisados, é possível refletir sobre a forma como indivíduos LGB e heterossexuais se relacionam com os seus progenitores, quando atingem a idade adulta e constroem as suas próprias famílias. A solidariedade intergeracional é uma área ainda em desenvolvimento, pelo que poucos estudos foram realizados até à data. Assim, esta dissertação poderá ter, como implicação prática, o contributo para o conhecimento de uma área tão importante e que tem vindo a ser alvo de interesse nas últimas décadas. Particularizando, a investigação da solidariedade intergeracional em minorias sociais torna-se de extremo interesse, pois o suporte familiar é uma peça fundamental no bem-estar dos indivíduos, sobretudo os/as que pertencem às minorias sexuais.

O presente estudo pretendeu contribuir para a exploração do nível de solidariedade intergeracional percebido por casais do mesmo sexo, por comparação aos casais de sexo diferente. Além disso, pretendeu-se compreender se a presença de filhos teria influência no suporte familiar. Finalmente, pretendeu-se perceber se a baixa ou elevada revelação da identidade sexual não heterossexual apresentaria diferenças ao nível da perceção de solidariedade intergeracional.

5.1. Diferenças de perceção de solidariedade intergeracional entre casais do mesmo sexo e casais de sexo diferente

A hipótese de que existiriam diferenças na perceção de solidariedade intergeracional, quando comparados os casais do mesmo sexo com os casais de sexo diferente, foi parcialmente confirmada. Analisadas as quatro subdimensões exploradas neste estudo, foi possível verificar que existem diferenças estatisticamente significativas na perceção de solidariedade familiar funcional e afetiva. De facto, os participantes que disseram estar numa relação de sexo diferente reportaram valores mais elevados de perceção de solidariedade intergeracional, tanto funcional, como afetiva. Isto significa que, a nível funcional, indivíduos numa relação heterossexual tendem a perceberem que recebem e dão mais apoio a ambos os progenitores, no que concerne a questões do dia a dia (e.g. tarefas domésticas, apoio financeiro, apoio emocional). O mesmo acontece quando se trata de questões mais afetivas,

como por exemplo a nível da compreensão e da proximidade entre filhos adultos e os seus progenitores, sendo esta perceção inferior para os(as) participantes que assumiram estar numa relação com um(a) parceiro(a) do mesmo sexo que o seu.

As semelhanças são cada vez mais comuns em casais do mesmo sexo e em casais de sexo diferente, pelo que o estereótipo associado às minorias sexuais tem denotado de uma linha cada vez mais ténue. Tal como os resultados demonstraram, ambos os grupos de participantes numa relação do mesmo sexo e de participantes numa relação de sexo diferente percecionam, de igual forma, questões relacionadas com a necessidade de falar com os progenitores aquando de decisões importantes (solidariedade familiar normativa), bem como questões ligadas à crítica, ao desacordo e à tensão de e para com os progenitores (solidariedade familiar conflitual).

De acordo com um estudo realizado, indivíduos que estão inseridos em minorias sexuais tendem a receber, já desde a adolescência, menos suporte social, quando comparados com indivíduos heterossexuais. Esta falta de suporte social é refletida não só nos grupos de pares, como também no ambiente familiar (António & Moleiro, 2015). Neste sentido, as diferenças encontradas entre pessoas LGB e pessoas heterossexuais no que diz respeito à solidariedade intergeracional poderão estar relacionadas com esta falta de suporte, muitas vezes sentida ainda no período da adolescência e que transita para a vida adulta.

Ainda assim, a literatura sobre o suporte familiar continua a ser inconsistente quando comparados casais heterossexuais e casais não heterossexuais. Por um lado, as minorias sexuais tendem a sentir fraco suporte familiar, por comparação com os casais heterossexuais. Devido ao estigma social existente para com as minorias sexuais, a revelação de uma identidade sexual não heterossexual poderá afetar as relações familiares (Sumontha & Patterson, 2016, Gates, 2015). Por outro lado, Goldberg e Smith (2014) revelaram que não existem diferenças no suporte social, particularizando os membros familiares, no que diz respeito à comparação de casais do mesmo sexo com casais de sexo diferente.

5.2. Diferenças entre sexo masculino e sexo feminino na perceção de solidariedade intergeracional, nos participantes que afirmaram estar numa relação do mesmo sexo

No que diz respeito a possíveis diferenças entre casais de mulheres e casais de homens, os resultados demonstraram que esta hipótese não foi assegurada. Os/as participantes que afirmaram estar numa relação com um(a) parceiro/a do mesmo sexo que o seu revelaram

percecionar de forma semelhante as várias subdimensões de solidariedade intergeracional analisadas neste estudo, independentemente de serem do sexo masculino ou do sexo feminino.

Neste sentido, era esperado que as mulheres tivessem uma maior percepção de solidariedade intergeracional, até porque os homens numa relação não heterossexual tendem a sentir mais suporte dos amigos do que da família (Kindle & Erich, 2005). No entanto os resultados demonstram que o sexo não parece ter impacto no apoio familiar percebido. Estes resultados também vão contra estudos como o de Brown, Manning e Payne (2016), que concluiu que as mulheres percebem maior suporte social pois, em geral, são mais associadas ao lado maternal, por comparação com os homens numa relação não heterossexual.

Além disso, seria esperado que os casais de homens percecionassem menor apoio familiar, sobretudo do progenitor, pois a literatura é consistente no facto de os homens tenderem a ter percepções mais negativas em relação aos indivíduos LGB, sobretudo no que diz respeito a relações entre dois homens (Costa *et al.*, 2014; Gavriel-Fried, 2016). Desta forma, é possível concluir que os esforços realizados para garantir a igualdade dos cidadãos têm demonstrado consequências positivas para a aceitação das novas realidades familiares.

Devemos, ainda assim, ressaltar que os resultados encontrados poderão traduzir características desta amostra em particular, e que o reduzido tamanho dos grupos de casais do mesmo sexo de mulheres e de homens possa ter conduzido à não identificação de diferenças por reduzido poder estatístico.

5.3. A presença de filhos poderá ser uma variável moderadora da percepção de solidariedade intergeracional

Independentemente da orientação sexual, o suporte familiar torna-se uma variável fundamental no processo de transição para a parentalidade. No caso de casais de mulheres e homens não heterossexuais, a transição para a parentalidade poderá resultar na diminuição de homofobia por parte dos membros familiares (Goldberg, 2006). Assim, previu-se que casais do mesmo sexo e casais de sexo diferente, com filhos, percecionassem mais solidariedade intergeracional do que os casais sem filhos.

De facto, os resultados demonstraram que, para a amostra deste estudo, os casais com filhos, sejam heterossexuais ou não heterossexuais, tendem a perceber maior apoio funcional, por comparação com os casais sem filhos, sendo esta diferença estatisticamente significativa. Assim, estes resultados vão de encontro com a literatura, pois a existência de filhos leva a uma maior percepção de solidariedade familiar, mesmo nos casais não

heterossexuais (Goldberg, 2006). Além disso, a ideia de que pessoas estigmatizadas não são capazes de educar eficazmente os seus filhos (Costa *et al.*, 2014) poderia comprometer a percepção de solidariedade familiar por parte dos participantes numa relação do mesmo sexo, por comparação com os casais de sexo diferente, o que não se verificou. Estes resultados vão, ainda, de encontro aos resultados evidenciados por Gato, Freitas e Fontaine (2013), pois as semelhanças entre casais do mesmo sexo e casais de sexo diferente com filhos, no que diz respeito às capacidades parentais, poderão resultar numa maior percepção de solidariedade intergeracional.

Homens e mulheres que se encontram numa relação não heterossexual tendem a antecipar reações negativas da família quando anunciam que pretendem ter filhos (Kindle & Erich, 2005). Os resultados evidenciaram que os participantes que assumiram estar numa relação do mesmo sexo tendem a dar menos apoio funcional aos pais, pelo que a antecipação de reações negativas da família poderá desencadear o mesmo tipo de respostas negativas para com os progenitores.

A solidariedade intergeracional afetiva também demonstrou que existem diferenças estatisticamente significativas em relação ao tipo de casal, pelo que casais de sexo diferente perceberam que há maior comunicação, proximidade e compreensão de e para com ambos os progenitores, por comparação com os indivíduos que afirmaram estar numa relação do mesmo sexo. A noção de pais gays tornou-se um desafio à visão tradicional de género, sexualidade e família. De acordo com Berkowitz e Marsiglio (2007), os homens que se tornam pais tendem a ser vistos como uma figura secundária, tendo a mulher um papel mais cuidador no que diz respeito aos filhos. Desta forma, esta percepção de solidariedade afetiva poderá ser comprometida quando a família não confia nas capacidades parentais dos casais do mesmo sexo.

Assim, é possível concluir que a hipótese de que a presença de filhos estaria relacionada com uma maior percepção de solidariedade intergeracional foi parcialmente confirmada.

5.4. A baixa revelação ou a elevada revelação de uma identidade sexual não heterossexual poderá demonstrar diferenças na percepção de solidariedade intergeracional

De acordo com Grafsky (2017), a revelação de uma orientação sexual não heterossexual aos membros familiares pode se tornar num processo com elevada carga de

ansiedade, associada ao medo de rejeição ou até mesmo rutura de relações entre pais/mães e filhos/filhas. Assim, houve o propósito de compreender se a perceção de solidariedade intergeracional diferia de acordo com a baixa ou elevada revelação da identidade sexual não heterossexual. Leia-se que a baixa revelação está associada aos indivíduos que afirmaram que os membros familiares (mãe, pai, irmão(s)/irmã(s), e restante família alargada) definitivamente não sabem a sua orientação sexual ou sabem mas não conversam muito sobre isso; já a elevada revelação associa-se aos indivíduos LGB que afirmaram que a família sabe da sua orientação sexual e costumam falar ou falam abertamente sobre isso.

Os resultados demonstraram que existem diferenças significativas no que diz respeito à solidariedade intergeracional funcional e conflitual. Em relação à solidariedade familiar funcional, foi possível concluir que homens com baixa revelação sentem maior apoio das mães, por comparação com as mulheres com baixa revelação, pelo que estes resultados vão de encontro com o estudo que concluiu que os rapazes que se encontram numa relação não heterossexual percecionam níveis mais elevados de suporte familiar, por comparação com as mulheres que assumem estar numa relação com alguém do mesmo sexo que o seu (Cooper, Brown, Metzger, Clinton & Guthrie, 2012).

Já os indivíduos LGB com elevada revelação da sua orientação sexual percecionam a solidariedade funcional recebida da mãe de igual forma. Já em relação à solidariedade familiar conflitual, foi possível constatar que as mulheres com baixa revelação sentem maior desacordo e conflito de e para com o progenitor, por comparação com os homens com baixa revelação; por sua vez, as mulheres com elevada revelação de uma orientação sexual não heterossexual tendem a reconhecer menores níveis de conflito, por comparação com os homens com elevada revelação. O mesmo acontece quando foi analisada a perceção de solidariedade familiar conflitual de e para com a mãe. Estes resultados poderão ir de encontro com a literatura que afirma que a revelação de uma identidade sexual não heterossexual poderá ter um impacto negativo nas relações familiares, se a orientação sexual lésbica, gay ou bissexual for contra os valores e tradições da família (Baiocco et al., 2015). Ainda assim, a literatura tem demonstrado que a revelação de uma orientação sexual não heterossexual aos membros da família poderá ser benéfica, pois poderá resultar em níveis mais elevados de autoestima e bem-estar e alívio psicológico (Pistella et al., 2016), pelo que não deveriam existir diferenças estatisticamente significativas entre casais de homens e casais de mulheres com elevada revelação.

Desta forma, é possível concluir que a hipótese supramencionada foi parcialmente confirmada.

5.5. Limitações e estudos futuros

A psicologia é uma área das ciências sociais e, tal como qualquer ciência existente, está em constante atualização. Como tem sido referido ao longo do trabalho, as últimas décadas impulsionaram a investigação relativa a questões de género e também em relação à própria solidariedade intergeracional.

O reduzido número de participantes, sobretudo pessoas LGB, dificulta uma correta análise sobre a real perceção, neste caso, de quatro dimensões da solidariedade intergeracional. O facto de pertencerem a uma minoria social pode levar à resistência das pessoas LGB no que concerne à participação em estudos, nos quais têm de revelar a sua identidade sexual. A sensibilização da população em geral é crucial para a investigação nesta área, que tem recebido grande interesse por parte dos investigadores, nas últimas décadas.

O facto de terem existido poucos/as participantes também reduziu o poder estatístico do presente estudo.

É importante ressaltar que, diretamente relacionado com a solidariedade intergeracional, o instrumento utilizado neste estudo não é tão extenso como o instrumento original, uma vez que o mesmo nunca foi utilizado na sua totalidade para a população portuguesa. Neste sentido, seria importante adaptar este instrumento como um todo, de forma a avaliar todas as dimensões que a ele pertencem.

Ainda sobre o questionário de solidariedade intergeracional, seria interessante adaptar o instrumento original às novas realidades familiares. Tal como é possível observar no anexo A (página 51), as subdimensões funcional dada e recebida, conflitual e afetiva separam as respostas aos vários itens por “Pai” e “Mãe”. Como supramencionado, casais do mesmo sexo com filhos é um arranjo familiar cada vez mais comum, pelo que, futuramente, será cada vez mais comum existirem participantes com dois pais e participantes com duas mães. Neste sentido, este instrumento não se encontra adaptado para uma realidade cada vez mais normativa.

No futuro, seria importante ter em consideração o baixo número de participantes que assumiram estar numa relação com um parceiro(a) do mesmo sexo que o seu. Existem diferenças estatisticamente significativas na perceção de apoio familiar, sendo que mulheres lésbicas com filhos biológicos tendem a perceber maiores níveis de apoio familiar, por comparação com mulheres lésbicas com filhos não biológicos (Goldberg, 2006). Tendo por base estas considerações, seria interessante incluir na amostra ambos os membros do casal, de forma a comparar a perceção de solidariedade intergeracional entre os membros de cada casal.

Os estudos longitudinais poderão ser alvo de interesse para o estudo da solidariedade intergeracional de pessoas LGB. Neste sentido, um aspeto a considerar seria “Há quanto tempo revelou à família uma orientação sexual não heterossexual”, pois estudos indicam que o processo de revelação pode ser alvo de crítica e maiores níveis de rejeição familiar (Goldberg, 2009; Baiocco *et al.*, 2015; Pistella *et al.*, 2016). Assim, a perceção de solidariedade familiar deverá ser inferior para as pessoas que revelaram a sua orientação sexual não heterossexual à pouco tempo, por comparação às pessoas que já se assumiram e falam abertamente sobre a sua identidade sexual.

É importante ressaltar que, em Portugal, Jerónimo (2015) e Serrano (2015), por exemplo, realizaram estudos na área da solidariedade intergeracional em função da orientação sexual, ligando estes conceitos ao neuroticismo e ao nível de esperança percebido, respetivamente. A presente dissertação obteve resultados semelhantes aos estudos supramencionados, no que diz respeito às diferenças de perceção de solidariedade intergeracional entre casais do mesmo sexo e casais de sexo diferente. Assim, procurámos contribuir de forma construtiva para a investigação de uma área emergente na psicologia, particularmente nas relações familiares, ligando o conceito de solidariedade intergeracional às questões de género, da orientação sexual e da revelação familiar.

VI – Fontes

Lei nº7/2001 de 11 de maio de 2001. Publicado em *Diário da República*.

Lei nº9/2010 de 31 de maio de 2010. Publicado em *Diário da República*.

Lei nº7/2001 de 11 de maio de 2001, com as alterações propostas pela Lei nº2/2016, de 29 de fevereiro de 2016. Publicado em *Diário da República*.

Lei nº32/2006 de 26 de julho de 2006, com as alterações propostas pela Lei 17/2016, de 20 de junho de 2016. Publicado em *Diário da República*.

VII – Referências

- Almack, K. (2008). Display work: Lesbian parent couples and their families of origin negotiating new kin relationships. *Sociology*, 42(6), 1183-1199.
- António, R., & Moleiro, C. (2015). Social and parental support as moderators of the effects of homophobic bullying on psychological distress in youth. *Psychology in the Schools*, 52(8), 729-742.
- Baiocco, R., Fontanesi, L., Santamaria, F., Ioverno, S., Marasco, B., Baumgartner, E., ... & Laghi, F. (2015). Negative parental responses to coming out and family functioning in a sample of lesbian and gay young adults. *Journal of Child and Family Studies*, 24(5), 1490-1500.
- Bengtson, V. L. & Roberts, E. L. (1991). Intergenerational solidarity in aging families: An example of formal theory construction. *Journal of Marriage and the Family*, 53(4), 856-870. DOI: 10.2307/352993
- Berkowitz, D., & Marsiglio, W. (2007). Gay men: Negotiating procreative, father, and family identities. *Journal of Marriage and Family*, 69(2), 366-381.
- Brandão, A. M. S. A., & Machado, T. C. (2012). How equal is equality? Discussions about same-sex marriage in Portugal. *Sexualities*, 15(5-6), 662-678.
- Brown, S. L., Manning, W. D., & Payne, K. K. (2016). Family structure and children's economic well-being: Incorporating same-sex cohabiting mother families. *Population Research and Policy Review*, 35(1), 1-21.
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1999). Overview: The expanded family life cycle - Individual, family, and social perspectives. In McGoldrick, M., & Carter, B. A. (Eds.), *The Expanding Family Life Cycle: Individual, Family, and Social Perspectives*. Pearson (3ª Ed., 1-26). Boston: Pearson.
- Cooper, S. M., Brown, C., Metzger, I., Clinton, Y., & Guthrie, B. (2012). Racial discrimination and african american adolescents' adjustment: Gender variation in family and community social support, promotive and protective factors. *Journal of Child Family Studies*, 22(1), 15-29. DOI: 10.1007/s10826-012-9608-y
- Costa, P. A., Caldeira, S., Fernandes, I., Rita, C., Pereira, H., & Leal, I. (2014). Religious and political conservatism and beliefs about same-sex parenting in Portugal. *Psychology, Community & Health*, 3(1), 23-35.
- Dias, M. O. (2011). Um olhar sobre a família na perspectiva sistémica – O processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e Desenvolvimento*, 19, 139-156.
- Friedman, C. K., & Morgan, E. M. (2009). Comparing sexual-minority and heterosexual young women's friends and parents as sources of support for sexual issues. *Journal of Youth and Adolescence*, 38(7), 920-936.
- Gates, G. J. (2015). Marriage and family: LGBT individuals and same-sex couples. *The Future of Children*, 25(2), 67-87.
- Gartrell, N., Banks, A., Hamilton, J., Reed, N., Bishop, H., & Rodas, C. (1999). The national lesbian family study: 2. Interviews with mothers of toddlers. *American Journal of Orthopsychiatry*, 69(3), 362-369.
- Goldberg, A. E. (2006). The transition to parenthood for lesbian couples. *Journal of GLBT Family Studies*, 2(1), 13-42.

- Goldberg, A. E., & Smith, J. Z. (2014). Predictors of parenting stress in lesbian, gay, and heterosexual adoptive parents during early parenthood. *Journal of Family Psychology, 28*, 125–137. <http://dx.doi.org/10.1037/a0036007>.
- Grafsky, E. L. (2017). Deciding to Come Out to Parents: Toward a Model of Sexual Orientation Disclosure Decisions. *Family Process, 1-17*.
- Greene, B. (2000). “Lesbians, gay men, and their parents”: A critique of LaSala and the prevailing clinical “wisdom.” *Family Process, 39*(2), 257-266.
- Hentsch-Cowles, G., & Brock, L. J. (2013). A systemic review of the literature on the role of the partner of the sex addict, treatment models, and a call for research for systems theory model in treating the partner. *Sexual Addiction & Compulsivity, 20*(4), 323-335.
- Jerónimo, V. S. (2015). *Perceção de solidariedade familiar e neuroticismo: variações em função da orientação sexual, do género e da revelação* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto, Portugal.
- Karakurt, G., & Silver, K. E. (2014). Therapy for childhood sexual abuse survivors using attachment and family systems theory orientations. *The American journal of family therapy, 42*(1), 79-91.
- Kindle, P. A., & Erich, S. (2005). Perceptions of social support among heterosexual and homosexual adopters. *Family and Society, 86*(4), 541-546.
- Monteiro, I. B. J. (2010). *Solidariedade familiar intergeracional e bem-estar psicológico: Estudo intergeracional sobre a relação de apoio entre filhas adultas e suas mães*. Tese de Mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Perrin, E. C., & Committee on Psychosocial Aspects of Child and Family Health (2002). Technical report: coparent or second-parent adoption by same-sex parents. *Pediatrics, 109*(2), 341-344.
- Poeschl, G., Silva, B. P. D., & Cardoso, F. T. (2015). Casamento, casamentos? Representações sociais do casamento heterossexual e do casamento homossexual. *Análise Psicológica, 33*(1), 73-87.
- Prickett, K. C., Martin-Storey, A., & Crosnoe, R. (2015). A research note on time with children in different-and same-sex two-parent families. *Demography, 52*(3), 905-918.
- Rodrigues, L., Grave, R., de Oliveira, J. M., & Nogueira, C. (2016). Study on homophobic bullying in Portugal using multiple correspondence analysis (MCA). *Revista Latinoamericana de Psicología, 48*(3), 191-200.
- Rodriguez, B. C., & Gomes, I. C. (2012). Novas formas de parentalidade: Do modelo tradicional à homoparentalidade. *Boletim de Psicologia, 62*(136), 29-36.
- Rosenbusch, K., & Cseh, M. (2012). The cross-cultural adjustment process of expatriate families in a multinational organization: A family system theory perspective. *Human Resource Development International, 15*(1), 61-77.
- Schaeperkoetter, C. C., Bass, J. R., & Gordon, B. S. (2015). Student-athlete school selection: A family systems theory approach. *Journal of Intercollegiate Sport, 8*(2), 266-286.
- Schoephoerster, E., & Aamlid, C. (2016). College students' attitudes toward same-sex parenting. *College Student Journal, 50*(1), 102-106.

- Schumm, W. R. (2016). A review and critique of research on same-sex parenting and adoption. *Psychological reports, 119*(3), 641-760.
- Serrano, B. (2015). Perceção de *solidariedade familiar e esperança: variações em função do género e da orientação sexual*. Dissertação em Mestrado Integrado de Psicologia. Porto: Universidade do Porto – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Shilo, G., Cohen, O., & Gavriel-Fried, B. (2016). Do same-sex relationships count as family? The effects of personal characteristics, values, and contact on social workers' definitions of same-sex relationships. *Journal of Social Work, 16*(6), 688-707.
- Sumontha, J., Farr, R. H., & Patterson, C. J. (2016). Social support and coparenting among lesbian, gay, and heterosexual adoptive parents. *Journal of Family Psychology, 30*(8), 987-996.
- Timonen, V., Conlon, C., Scharf, T., & Carney, G. (2013). Family, state, class and solidarity: re-conceptualising intergenerational solidarity through the grounded theory approach. *European Journal of Ageing, 10*(3), 171-179.

VIII - Anexos

Anexo A – Consentimento Informado e Questionário



No âmbito do Mestrado em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, e com a orientação da Doutora Carla Moleiro e co-orientação da Doutora Susana Tavares, pedimos a sua colaboração no preenchimento deste questionário em suporte de papel, com duração média de 15 minutos.

Trata-se de dois estudos exploratórios que remetem para questões das dinâmicas familiares, nomeadamente contribuir para a investigação na área da solidariedade familiar e distribuição das tarefas domésticas. Neste sentido, **destinam-se a pessoas com mais de 18 anos que se encontrem em casais de sexo diferente e do mesmo sexo, com e sem filhos.**

A recolha e tratamento dos dados será realizada de forma anónima, conforme as normas legais, sendo que a Vossa colaboração é crucial para a elaboração das respectivas dissertações. É importante ressaltar que não será possível fazer qualquer identificação dos/ das participantes. A sua participação é inteiramente voluntária, tendo a possibilidade de não responder a alguma questão, se o entender, sem qualquer prejuízo.

Solicitamos, ainda, a Vossa colaboração na divulgação deste questionário.

Caso necessite de qualquer esclarecimento adicional, poderá contactar-nos através dos endereços de correio electrónico imafal@iscte-iul.pt (Inês Aguiar) ou psogsl@iscte-iul.pt (Patrícia Gonçalves).

Agradecemos antecipadamente a Vossa disponibilidade e colaboração.

Com os melhores cumprimentos,

Inês Aguiar e Patrícia Gonçalves.

Consentimento Informado

Eu, (Nome), aceito participar nos estudos ligados a questões das dinâmicas familiares, desenvolvido no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Assinatura _____ Data: __/__/__

SOLIDARIEDADE FAMILIAR EM CASAIS DE SEXO DIFERENTE E DO MESMO SEXO

Todos os casais desenvolvem formas para dividir as tarefas domésticas, para a tomada de decisões familiares e, se forem pais, para cuidar e criar as crianças. As perguntas que se seguem pedem para que descreva como estas áreas são divididas na sua família.

1. **As nossas ações, sentimentos e crenças influenciam-nos em todas as áreas da nossa vida. Neste sentido, pedimos que reflita sobre as afirmações seguintes e que indique o quanto concorda ou discorda com cada uma delas, escolhendo a resposta que melhor se adequa a si. Escolha a resposta que melhor descreve as suas ações, sentimentos e crenças pessoais. (Assinale com um X).**

	Discordo completamente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo completamente
O meu trabalho/ estudo é a parte mais importante da minha vida.					
Certifico-me que as pessoas fazem o que eu digo.					
No geral, eu não gosto de situações arriscadas.					
Eu adoro quando as mulheres estão sob as responsabilidade dos homens.					
Eu gosto de falar sobre os meus sentimentos.					
Eu iria sentir-me bem se tivesse muitos/as parceiros/as sexuais.					
Eu acredito que a violência nunca é justificável.					
Eu tenho tendência a partilhar os meus sentimentos.					
Eu deveria comandar/ chefiar.					
Eu detestaria ser importante.					
As vezes a ação violenta é necessária.					
Eu não gosto de dar toda a minha atenção ao trabalho/estudo.					
Na maioria das vezes, perder não me incomoda.					
Se eu pudesse, mudaria frequentemente de parceiro/a sexual.					

SOLIDARIEDADE FAMILIAR EM CASAIS DE SEXO DIFERENTE E DO MESMO SEXO

Eu nunca faço coisas para ser uma pessoa importante.					
Eu nunca peço ajuda.					
Eu gosto de correr riscos.					
Homens e mulheres deveriam respeitar-se mutuamente como iguais.					

2. Mostre, por favor, como é que **você** e o seu companheiro/a dividem as tarefas domésticas que se encontram no quadro seguinte. Pedimos que utilize os números da escala abaixo (Assinale com um X):

0- sempre a minha empregada ou serviços contratados

1- sempre o/a meu/minha parceiro/a

2- quase sempre o/a meu/minha parceiro/a

3- divisão igual entre mim e o/a meu/minha parceiro/a

4- quase sempre eu

5- sempre eu

NA – Não Aplicável

	0	1	2	3	4	5	NA
Tarefas domésticas							
Planear as refeições							
Cozinhar as refeições							
Limpar a mesa e a cozinha depois das refeições							
Reparações em casa (na mobília, canalizações, eletricidade, etc.)							
Limpar a casa							
Levar o lixo							
Fazer as compras para a casa							

SOLIDARIEDADE FAMILIAR EM CASAIS DE SEXO DIFERENTE E DO MESMO SEXO

Pagar as contas da casa							
Lavar a roupa e tratamento de nódoas							
Passar a ferro							
Telefonar à família ou aos amigos para combinar atividades conjuntas							
Manutenção do carro							
Lavar a loiça							
Arrumar a casa							
Tratar dos assuntos relacionados com bancos, impostos, etc.							
Levar os filhos ao médico							
Ir aos jogos e espetáculos dos filhos							
Levar os filhos às actividades extracurriculares							
Brincar com os filhos							
Disciplinar os filhos							
Supervisionar os trabalhos de casa dos filhos							
Ler para ou com os filhos							
Levar e/ou buscar os filhos à escola							
Ir às reuniões da escola dos filhos							

SOLIDARIEDADE FAMILIAR EM CASAIS DE SEXO DIFERENTE E DO MESMO SEXO

Atualmente, temos à nossa disposição vários recursos, como recursos económicos, sociais, de saúde, psicológicos, status, etc. Mas os casais são distintos na forma como estes recursos são distribuídos, podendo ser igual ou diferente o acesso a determinados recursos entre os elementos do casal. As perguntas que se seguem pedem para que descreva como é que os seguintes recursos são distribuídos na sua relação conjugal.

3. Pedimos que pense nos recursos que lhe são apresentados abaixo e indique para cada item o seu grau de vantagem/desvantagem relativamente ao/à seu/sua parceiro/a (Assinale com um X):

- 1- o/a meu/minha parceiro/a tem clara vantagem sobre mim
- 2- o/a meu/minha parceiro/a tem um pouco mais de vantagem sobre mim
- 3- igual vantagem entre mim e o/a meu/minha parceiro/a
- 4- eu tenho um pouco mais de vantagem sobre o/a meu/minha parceiro/a
- 5- eu tenho clara vantagem sobre o/a meu/minha parceiro/a
- NA – Não Aplicável

	1	2	3	4	5	NA
Recursos						
Ordenado						
Escolaridade						
Saúde física						
Saúde mental						
Estatuto/ prestígio na comunidade						
Oportunidades de obtenção de suporte emocional da família alargada						
Oportunidades de obtenção de suporte emocional dos amigos						
Oportunidades de obtenção de suporte funcional fora do						

casal						
Flexibilidade do horário de trabalho						
Capacidade de resolução de conflitos						
Qualidade das relações com os filhos						
Capacidade pessoal de lidar com as crises e de resolução dos problemas						

As próximas questões referem-se à solidariedade familiar, isto é, à assistência, apoio dado e prestado por si e pelos seus pais, por exemplo, em aspectos como o apoio emocional e o apoio em questões praticas do dia-a-dia. Além disso, pretendemos compreender a importância relativamente aos valores da família.

4. De uma forma geral, com que frequência os seus pais o/a costumam ajudar nos seguintes aspectos?

- 1- Nunca
- 2- Quase nunca
- 3- Pouco frequente
- 4- Frequente
- 5- Quase sempre
- 6- Sempre

NA – Não se aplica (esta pessoa nunca fez parte da minha vida ou já faleceu)

Pai							Mãe							
NA	1	2	3	4	5	6	Tarefas domésticas	1	2	3	4	5	6	NA
NA	1	2	3	4	5	6	Transportes e compras	1	2	3	4	5	6	NA
NA	1	2	3	4	5	6	Informação e conselhos	1	2	3	4	5	6	NA
NA	1	2	3	4	5	6	Apoio financeiro	1	2	3	4	5	6	NA
NA	1	2	3	4	5	6	Apoio emocional	1	2	3	4	5	6	NA
NA	1	2	3	4	5	6	Tomada de decisões importantes	1	2	3	4	5	6	NA

NA	1	2	3	4	5	6	Apoio em situação de doença	1	2	3	4	5	6	NA
NA	1	2	3	4	5	6	Assistência nos cuidados pessoais (por exemplo, higiene)	1	2	3	4	5	6	NA
NA	1	2	3	4	5	6	Apoio no cuidado dos meus filhos	1	2	3	4	5	6	NA

4. De uma forma geral, com que frequência costuma ajudar os seus pais nos seguintes aspectos?

7- Nunca

8- Quase nunca

9- Pouco frequente

10- Frequente

11- Quase sempre

12- Sempre

NA – Não se aplica (esta pessoa nunca fez parte da minha vida ou já faleceu)

Pai							Mãe							
NA	1	2	3	4	5	6	Tarefas domésticas	1	2	3	4	5	6	NA
NA	1	2	3	4	5	6	Transportes e compras	1	2	3	4	5	6	NA
NA	1	2	3	4	5	6	Informação e conselhos	1	2	3	4	5	6	NA
NA	1	2	3	4	5	6	Apoio financeiro	1	2	3	4	5	6	NA
NA	1	2	3	4	5	6	Apoio emocional	1	2	3	4	5	6	NA
NA	1	2	3	4	5	6	Tomada de decisões importantes	1	2	3	4	5	6	NA
NA	1	2	3	4	5	6	Apoio em situação de doença	1	2	3	4	5	6	NA
NA	1	2	3	4	5	6	Assistência nos cuidados pessoais (por exemplo, higiene)	1	2	3	4	5	6	NA

5. Relativamente às seguintes questões, por favor, assinale a alternativa que lhe parece traduzir melhor a sua opinião.

- 1- Discordo completamente
- 2- Discordo muito
- 3- Discordo um pouco
- 4- Concordo um pouco
- 5- Concordo muito
- 6- Concordo completamente

	Discordo completamente	Discordo muito	Discordo um pouco	Concordo um pouco	Concordo muito	Concordo completamente
Devem ser partilhadas o maior número de actividades possível entre filhos adultos e os seus pais.	1	2	3	4	5	6
As pessoas devem conversar acerca de decisões de vida importantes com os familiares, antes de	1	2	3	4	5	6
Os membros de uma família devem dar mais peso às opiniões das pessoas da sua família do que às opiniões de pessoas exteriores à família.	1	2	3	4	5	6

6. De uma forma geral, como avalia a sua relação com os seus pais nos seguintes aspectos?

- 1- Discordo completamente
- 2- Discordo muito
- 3- Discordo um pouco
- 4- Concordo um pouco
- 5- Concordo muito
- 6- Concordo completamente

NA – Não se aplica (esta pessoa nunca fez parte da minha vida ou já faleceu)

SOLIDARIEDADE FAMILIAR EM CASAIS DE SEXO DIFERENTE E DO MESMO SEXO

Pai							Mãe							
NA	1	2	3	4	5	6	Os meus pais são críticos em relação a mim ou ao que eu faço.	1	2	3	4	5	6	NA
NA	1	2	3	4	5	6	Existe conflito, tensão ou desacordo entre mim e os meus pais	1	2	3	4	5	6	NA
NA	1	2	3	4	5	6	Eu sou crítico/a em relação aos meus pais ou ao que eles fazem	1	2	3	4	5	6	NA
NA	1	2	3	4	5	6	Eu tenho discussões com os meus pais	1	2	3	4	5	6	NA

7. De uma forma geral, como avalia a sua relação com os seus pais nos seguintes aspectos?

- 1- Inexistente
- 2- Fraco/a
- 3- Moderado/a
- 4- Bom/a
- 5- Muito bom/ boa
- 6- Excelente

NA – Não se aplica (esta pessoa nunca fez parte da minha vida ou já faleceu)

NA	1	2	3	4	5	6	A proximidade entre mim e os meus pais é...	1	2	3	4	5	6	NA
NA	1	2	3	4	5	6	A comunicação com os meus pais, no que diz respeito à troca de ideias sobre assuntos que me preocupam é...	1	2	3	4	5	6	NA
NA	1	2	3	4	5	6	A compreensão que tenho em relação os meus pais é...	1	2	3	4	5	6	NA
NA	1	2	3	4	5	6	O meu relacionamento com os meus pais é...	1	2	3	4	5	6	NA
NA	1	2	3	4	5	6	A compreensão que os meus pais têm em relação a mim é...	1	2	3	4	5	6	NA
NA	1	2	3	4	5	6	A comunicação com os meus pais, no que diz respeito à troca de ideias sobre assuntos que os preocupam é...	1	2	3	4	5	6	NA

SOLIDARIEDADE FAMILIAR EM CASAIS DE SEXO DIFERENTE E DO MESMO SEXO

8. Caso a sua orientação seja Gay, Lésbica e/ou Bissexual, responda à seguinte questão. Pedimos, por favor, que selecione uma resposta apropriada para cada item:

- 1 - Esta pessoa definitivamente NÃO sabe da minha orientação sexual;
- 2 - Esta pessoa poderá saber da minha orientação sexual, mas NUNCA falámos disso;
- 3 - Esta pessoa provavelmente sabe da minha orientação sexual, mas NUNCA falámos disso;
- 4 - Esta pessoa provavelmente sabe da minha orientação sexual, mas RARAMENTE falamos disso;
- 5 - Esta pessoa sabe com toda a certeza da minha orientação sexual, mas RARAMENTE falamos disso;
- 6 - Esta pessoa sabe com toda a certeza da minha orientação sexual e ÀS VEZES falamos disso;
- 7 - Esta pessoa sabe com toda a certeza da minha orientação sexual e falamos ABERTAMENTE disso;
- NA - Não aplicável à minha situação; esta pessoa ou grupo de pessoas não fazem parte da minha vida.

	1	2	3	4	5	6	7	NA
Mãe	<input type="checkbox"/>							
Pai	<input type="checkbox"/>							
Irmãos/Irmãs	<input type="checkbox"/>							
Família alargada/parentes	<input type="checkbox"/>							
Novos amigos/as heterossexuais	<input type="checkbox"/>							
Colegas de trabalho	<input type="checkbox"/>							
Chefes de trabalho	<input type="checkbox"/>							
Estranhos/Novos conhecidos	<input type="checkbox"/>							
Antigos/as amigos/as heterossexuais	<input type="checkbox"/>							
Líderes da minha comunidade religiosa	<input type="checkbox"/>							
Pessoas da minha comunidade religiosa	<input type="checkbox"/>							

9. Idade: _____
10. Sexo Masculino Feminino (Assinale com um X)
11. Nacionalidade: _____
12. Sexo do/a companheiro/a Feminino Masculino
13. Estado civil Casado/a União de facto/ coabitação
14. Há quanto tempo dura a relação? _____
15. Têm filho/a ou filhos/as? Sim Não
- 15.1. Assinale a opção que melhor se adequa à sua situação:
- Os filhos são biológica e legalmente filhos de ambos
- Os filhos são biológica e legalmente filhos só meus
- Os filhos são biológica e legalmente filhos só do/a meu/minha companheiro/a
- Outro Explique: _____
- 16.2. Quantos filhos têm? _____
- 16.3. Que idades têm? _____
- 16.4. Atualmente habitam consigo? Sim Não
16. Habilitações académicas: _____
17. Situação profissional Empregado Desempregado
18. Profissão: _____
19. Tem empregada/o doméstica/o? Sim Não
20. Se sim, quantas horas por semana? _____ horas
21. Recorre à contratação de serviços domésticos? Sim Não
22. Se sim, quais? Lavandaria
- Passar a ferro
- Limpezas
- Comida feita
- Pequenos arranjos
- Contabilidade
- Outros Quais? _____

Obrigada pela colaboração!!